

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T (“CPFL Transmissão” ou “Companhia”) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2023, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

Em 2023, a CPFL Transmissão cumpriu com sua agenda estratégica. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a Companhia e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de transmissão, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua.

Ainda, ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste da Receita Anual Permitida (“RAP”) visando remunerar investimentos feitos para melhoria dos serviços e repor perdas de inflação.

2. Comentário sobre a conjuntura

AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2023 começou sob os sinais de baixo crescimento e elevada inflação. As expectativas de acordo com a Pesquisa Focus estavam em torno de 0,8% e 5,3%, respectivamente. A perspectiva era que a recomposição tributária afetaria preços administrados, especialmente combustíveis, mantendo a inflação elevada a despeito dos efeitos negativos da elevação de juros sobre a atividade econômica. No entanto, houve surpresas benignas nas duas frentes: o crescimento econômico foi mais forte e a inflação, mais baixa.

Um dos fatores a colaborar para o desempenho melhor do que o esperado foi a normalização das cadeias produtivas e o recuo dos preços de commodities, tanto para a desinflação global como brasileira.

Domesticamente, a safra recorde – muito maior que a inicialmente esperada – contribuiu direta (com cerca de 1,2 p.p.) e indiretamente para o PIB mais forte (através dos efeitos multiplicadores da renda gerada no setor).

A farta oferta agrícola também ajudou a redução dos preços domesticamente, especialmente dos alimentos; de fato, 2023 registrou deflação do grupo Alimentação no Domicílio no IPCA. Assim, apesar da recomposição dos impostos sobre combustíveis e da elevada inflação de administrados no ano (9,2%), a inflação encerrou o ano com 4,62%, dentro do intervalo de metas, cujo teto é 4,75%.

O ano de 2023 também testemunhou a discussão em torno da meta de inflação e da autonomia do Banco Central, o que acabou levando à desancoragem das expectativas de inflação em prazos mais longos, especialmente durante o primeiro semestre. Quando se

tornou claro que haveria manutenção da autonomia do Banco Central e da meta de inflação em 3% - agora transformada em meta contínua houve uma reancoragem parcial destas expectativas, que passaram a orbitar 3,5%, pouco acima do centro da meta.

Um dos motivos para a reancoragem das expectativas de inflação ser apenas parcial é a questão fiscal. O ano foi de significativos avanços nesta seara, como a aprovação do novo Arcabouço Fiscal e das medidas que devem alavancar as receitas em 2024. Mas ainda há muita incerteza a respeito do cumprimento/alterações destas metas, que deve continuar sendo um foco de atenção ao longo de 2024.

Enquanto as expectativas de inflação permaneciam pressionadas e não havia clareza sobre o ambiente internacional e doméstico, o Banco Central manteve a taxa de juros inalterada. Apenas quando se tornou mais claro o processo de desinflação e apareceram sinais de descompressão dos núcleos é que a Selic começou a ser reduzida, mas os impactos da moderação da restrição monetária só devem ser mais plenamente observados em 2024, dadas as defasagens usuais.

No PIB mais forte de 2023 também participou a expansão da massa de renda das famílias, beneficiada por um mercado de trabalho forte, com expansão do emprego e do rendimento médio real dos trabalhadores, além das elevadas transferências governamentais através do Bolsa Família. A expansão da renda foi importante para garantir um bom desempenho do varejo mais dependente dela; já o varejo mais ligado ao crédito teve mais dificuldades, dado o ambiente de elevada inadimplência, taxas de juros elevadas e endividamento das famílias em patamar recorde. A inadimplência recuou na segunda metade do ano, embalada pelo programa Desenrola, mas a recuperação deste mercado é apenas incipiente e deve se fortalecer ao longo de 2024, refletindo a redução da Selic. Dentro do varejo que depende mais do crédito houve o destaque positivo das vendas de automóveis, incentivadas pelos programas governamentais específicos.

Do ponto de vista da indústria, no entanto, foi um ano difícil. Conquanto a extrativa mineral tenha ido muito bem, a indústria de transformação refletiu tanto a demanda mais baixa quanto as dificuldades para obtenção de crédito pelas empresas. Além da Selic elevada, o episódio das reclassificações contábeis das Lojas Americanas, no início do ano, impôs cautela extra aos bancos e mercados de capitais. A situação começou a melhorar no segundo semestre, sob a égide do afrouxamento monetário e da percepção de que o episódio contábil era mesmo restrito às Lojas Americanas. Esta melhora deve perdurar em 2024.

O câmbio permaneceu sob pressão no primeiro semestre, enquanto pairavam dúvidas sobre a questão fiscal e a autonomia do Banco Central; aos poucos, conforme estas questões foram sendo confrontadas, houve pequena apreciação. Os movimentos do câmbio refletiram, também, os humores dos mercados com a economia internacional; o ano de 2023 foi de elevação dos juros nas principais economias do mundo e a perspectiva de que as taxas permaneceriam em terreno contracionista por bastante tempo prevaleceu em boa parte do segundo semestre. Em dezembro, no entanto, estas perspectivas foram parcialmente desarmadas, com os mercados começando a apostar em quedas de juros mais incisivas ao longo de 2024, o que colaborou para perda de valor do dólar em relação às demais moedas, inclusive o real.

Deve-se notar, ainda, outro fato relevante ao finalizar o exercício: a promulgação da reforma tributária. Os pilares da reforma são a implantação de um sistema de base tributária ampla e não cumulativo; a uniformização da legislação; a enorme simplificação do sistema; e, ainda que maiores do que as desejáveis, um número limitado de exceções. Com isso, o novo sistema deve ser menos complexo que o atual e com menor incentivo à litigância, proporcionando alguma redução das distorções alocativas e aumento da produtividade da economia nacional. Na esteira das reformas aprovadas em 2023, o Brasil recebeu *upgrade* da classificação de risco de sua dívida pela S&P, o que ajudou a consolidar o processo de apreciação cambial nos últimos dias do ano.

Ambiente regulatório

Os principais destaques da regulação setorial de 2023 no segmento de transmissão estão elencados a seguir:

Reajuste Tarifário Anual ("RTA"):

A Resolução Homologatória ("REH") nº 3.216, de 04 de julho de 2023, estabeleceu as RAPs da CPFL Transmissão e suas controladas, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A RAP do Contrato de Concessão prorrogado nº 055/2001, sem considerar a parcela de ajuste, é de R\$ 1,122 bilhão, representando um incremento na ordem de 20% quando comparada à RAP Homologada do ciclo anterior (2022-2023). Este aumento é devido, principalmente ao último ciclo do reperfilamento do componente financeiro da PRT (Portaria) nº 120/2016 (RBSE) que incrementou em 112% o componente.

(em milhares de reais)

REH 3.067/2022 (*)	IPCA	Ampliações, reforços e melhorias	RBSE (**)	Baixas e ajustes	Parcela de ajuste	REH 3.216/2023
933.599	36.677	3.279	150.190	-1.724	-53.167	1.068.854

(*) Valores homologados não considerando a Parcela de ajuste - PA

(**) Incremento do componente financeiro

A Receita Homologada Líquida (de PIS e COFINS) total da CPFL Transmissão, referente aos Contratos de Concessão nº 055/2001 e nº 080/2002 (CEEE-T), e da controlada TESB, nº 001/2011, apresenta a seguinte composição:

(em milhares de reais)

Contrato de Concessão	REDE BÁSICA			Demais Instalações de Transmissão - DIT			Parcela Ajuste	Total 2024 (*)	Total 2023 (*)
	RBSE	RBNI	RBL	RPC	RCDM	RPEC			
055/2001	731.897	155.876	-	157.222	77.025	-	-53.167	1.068.854	917.241
080/2002	-	-	21.435	-	-	-	-446	20.989	21.733
001/2011	-	-	34.413	-	-	2.818	-6.026	31.204	24.009
	731.897	155.876	55.848	157.222	77.025	2.818	-59.639	1.121.047	962.983

(*) Valores homologados considerando a Parcela de ajuste - PA

Revisão Tarifária Periódica ("RTP")

O Despacho ANEEL nº 402/23 de 14 de fevereiro de 2023 postergou o escopo total da Revisão Tarifária Periódica (RTP) de 2023 das concessionárias de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, repercutindo no Contrato de Concessão nº 055/2001 (CEEE-T).

Contrato de Concessão nº 004/2021- Cachoeirinha 3

Em 31 de março de 2021, foi celebrado o Contrato de Concessão nº 004/2021-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão na Subestação (SE) 230/138 kV Cachoeirinha 3, referente ao Lote 6 do Edital do Leilão nº 01/2020-ANEEL. A entrada em operação comercial no contrato estava prevista para 30 de setembro de 2024, porém, em 26 de novembro de 2023, foi energizada de forma antecipada com receita anual de R\$ 10.739.259,16.

Contrato de Concessão nº 001/2011- TESB

Em 28 outubro de 2023 foi energizada a última obra da subsidiária TESB, a LT 230kV PORTO ALEGRE 9/PORTO ALEGRE 8, resultando no montante de receita da concessão de R\$ 43.161.248,90.

3. Desempenho operacional

A CPFL Transmissão tem apresentado excelente desempenho técnico-operacional no decorrer dos últimos anos.

Energia Não Suprida ("ENS")

O indicador de ENS consiste na análise do quantitativo da energia interrompida por indisponibilidade de ativos de transmissão e, portanto, constata o impacto efetivo da indisponibilidade para a sociedade. Em 2023, o ENS totalizou 689,45 MWh, comparado a 975,72 MWh em 2022, representando uma redução de 29,3%.

Parcela Variável ("PV") Descontada

A PV Descontada consiste na relação percentual dos descontos de PV efetivados sobre a base do Faturamento Mensal da Transmissora. Tais dados são disponibilizados mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"). Em 2023, a PV incidente totalizou 1,223%, comparado a 0,916% em 2022, representando um aumento de 33,5%. Esse aumento se refere a desconto de parcela variável executado pelo ONS relativo a evento ocorrido em 2022, mas que ainda estão sob análise da ANEEL, podendo ser devolvido à transmissora. Desconsiderando esse caso, o valor de desconto seria de 0,77% o qual apresenta melhor desempenho em relação à 2022.

4. Desempenho econômico-financeiro

Receita operacional

A receita operacional bruta foi de R\$ 2.084 milhões, representando um aumento de 1,1% (R\$ 22 milhões), devido principalmente ao aumento de R\$ 618 milhões na receita de construção, por conta do aumento de investimentos realizados ao longo do ano. Este efeito foi parcialmente compensado por uma redução de 32,4% (R\$ 596 milhões) nos demais itens, principalmente por causa da queda na remuneração do ativo financeiro devido à entrada no último ciclo do reperfilamento do componente financeiro do RBSE.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 252 milhões, apresentando uma redução de 0,6% (R\$ 2 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 1.833 milhões, um aumento 1,3% (R\$ 23 milhões).

Geração operacional de caixa — EBITDA

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 986 milhões, uma redução de 15,3% (R\$ 179 milhões), devido principalmente ao aumento nos custos com construção de infraestrutura (R\$ 355 milhões), derivado do investimento realizado pela companhia ao longo de 2023. Este efeito foi parcialmente compensado por: (I) uma redução no PMSO, especialmente a despesa com pessoal (R\$ 62 milhões); (II) por uma redução nas perdas

por ineficiência na construção do ativo contratual (R\$ 85 milhões); (III) um aumento de receita, principalmente devido a um aumento nas receitas com construção de infraestrutura (R\$ 22 milhões)

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2023	2022
Lucro Líquido	608.820	905.788
Depreciação e amortização	10.131	10.990
Resultado financeiro	178.177	(3.704)
Contribuição social	50.288	66.589
Imposto de renda	138.512	184.745
EBITDA	985.928	1.164.408

*Conforme Resolução CVM nº 156/22.

Lucro líquido

Em 2023, o lucro líquido do exercício atingiu R\$ 609 milhões, ante um lucro líquido de R\$ 906 milhões no ano anterior, uma redução de 32,8% (R\$ 297 milhões), devido principalmente (i) à redução de 15,3% (R\$ 179 milhões) no EBITDA e à (ii) à variação de R\$ 182 milhões no resultado financeiro, passando de uma receita financeira líquida de R\$ 4 milhões para uma despesa financeira líquida de R\$ 178 milhões, em consequência da redução nas receitas advindas de variações cambiais pela quitação de financiamentos em moeda estrangeira, bem como do aumento nas despesas com encargos de dívidas, fruto das emissões de debêntures da Companhia. Estes efeitos foram parcialmente compensados por uma redução de 24,9% (R\$ 63 milhões) no imposto de renda e contribuição social.

Endividamento

No final de 2023, a dívida financeira (incluindo derivativos) da Companhia atingiu R\$ 2.109 milhões, apresentando um aumento de 98,8%.

5. Investimentos

Em 2023, foram realizados investimentos de R\$ 701 milhões, para a manutenção e expansão do negócio. Incluso nesse valor estão os investimentos realizados pela controlada Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB, que totalizaram R\$ 23 milhões.

A principal oportunidade de alocação de capital da CPFL Transmissão no momento é por meio de projetos de reforços e melhorias na concessão renovada. Estes investimentos dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL.

6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Transmissão desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas

operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em novembro como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de Sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: www.cpfl.com.br/ri > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Gestão ambiental: nosso modelo de negócio demanda uma ampla capacidade de gestão dos impactos socioambientais, consolidada na forma de programas aprovados pelos órgãos ambientais e executados nas fases de implantação e operação dos empreendimentos, em conformidade com a legislação e com as licenças ambientais.

Gestão de Recursos Humanos: Em 2023, treinamos 234 colaboradores da base ativa. Foram 882 horas treinadas.

7. Auditores independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") foi contratada pela CPFL Transmissão para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza

Asseguração de covenants financeiros

Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

Revisão da ECD Contábil do ano calendário

Auditoria do RCP (Relatório de Controle Patrimonial)

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM nº 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de

contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Transmissão agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2023. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.



SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas

Balancos Patrimoniais Individuais e Consolidados	3
Demonstração dos Resultados Individuais e Consolidados	4
Demonstração dos Resultados Abrangentes Individuais e Consolidados	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individuais e Consolidados	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais e Consolidados	8
Demonstração dos Valores Adicionados Individuais e Consolidados	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras Individuais e consolidadas	10

COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T
Balancos patrimoniais em dezembro 2023 e 2022
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	263.595	215.857	374.296	268.915
Investimentos em Títulos do Governo	6	63.131	46.744	88.352	46.744
Concessionárias e Permissionárias	7	137.052	113.166	141.246	116.244
Tributos a Compensar	8	30.928	47.483	31.032	47.587
Estoques		21.939	38.820	21.939	38.820
Derivativos	32	104	-	104	-
Ativo Contratual	10	593.806	555.713	609.002	573.783
Outros Créditos a Receber	9	78.698	55.944	79.760	55.984
Total do circulante		1.189.253	1.073.727	1.345.731	1.148.077
Não circulante					
Tributos a Compensar	8	-	16.242	-	16.242
Depósitos Judiciais	20	174.047	116.984	208.819	149.347
Investimentos em Títulos do Governo	6	-	9.256	-	9.256
Ativo Contratual	10	3.715.628	3.039.014	3.983.725	3.289.346
Derivativos	32	39.027	-	39.027	-
Outros Créditos a Receber	9	3.862	2.959	3.862	2.959
Investimentos	11	393.141	259.204	22.422	17.848
Imobilizado	12	176.833	85.174	176.843	85.187
Direito de Uso		4.859	6.532	4.859	6.532
Intangível		5.248	11.232	5.248	11.232
Total do não circulante		4.512.645	3.546.597	4.444.805	3.587.949
Total do ativo		5.701.898	4.620.324	5.790.536	4.736.026
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	13	144.827	69.495	145.415	72.391
Obrigações Trabalhistas	14	23.290	19.966	23.290	19.966
Obrigações Fiscais	15	86.645	58.640	88.711	62.156
Empréstimos e Financiamentos	16	2.384	4.179	2.384	4.179
Debêntures	17	16.047	78.937	16.047	78.937
Entidade de Previdência Privada	18	82.977	70.355	82.977	70.355
Obrigações da Concessão	19	73.348	37.124	73.749	37.360
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	20	-	9.321	-	9.321
Outros Passivos	22	50.939	43.472	51.400	43.850
Dividendos Obrigatórios e Juros Sobre Capital Próprio	23	106.617	227.069	106.617	227.069
Total do circulante		587.074	618.558	590.590	625.584
Não circulante					
Empréstimos e Financiamentos	16	400.470	19.552	400.470	19.552
Debêntures	17	1.708.990	958.298	1.708.990	958.298
Entidade de Previdência Privada	18	664.599	408.023	664.599	408.023
Obrigações Fiscais	15	3.003	-	7.400	4.921
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	20	326.641	251.716	348.763	271.094
Obrigações da Concessão	19	64.227	57.191	64.227	57.191
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21	544.513	481.260	544.513	481.260
Derivativos	32	20.430	-	20.430	-
Outros Passivos	22	45.139	60.901	94.692	140.305
Total do não circulante		3.778.012	2.236.941	3.854.084	2.340.644
Patrimônio líquido	23				
Capital Social		981.343	981.343	981.343	981.343
Reserva de Capital		(17.293)	(16.148)	(17.293)	(16.148)
Outros Resultados Abrangentes		(601.994)	(300.055)	(601.994)	(300.055)
Reserva Legal		142.780	112.499	142.780	112.499
Reserva Lucro a realizar		109.601	59.887	109.601	59.887
Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído		354.367	354.367	354.367	354.367
Dividendo		368.008	572.931	368.008	572.931
		1.336.812	1.764.824	1.336.812	1.764.824
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	9.050	4.973
Total do patrimônio líquido		1.336.812	1.764.824	1.345.862	1.769.797
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.701.898	4.620.324	5.790.536	4.736.026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em dezembro 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto para o lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita Operacional líquida	25	1.769.086	1.784.277	1.832.616	1.809.228
Custo de Operação	26	(196.160)	(254.063)	(197.507)	(308.100)
Depreciação e Amortização		(2.871)	(2.456)	(2.874)	(2.459)
Outros custos com Operação		(193.289)	(251.607)	(194.633)	(305.641)
Custo com serviço prestado a terceiros	26	(582.927)	(198.376)	(510.057)	(240.069)
Lucro operacional bruto		989.999	1.331.838	1.125.052	1.261.059
Despesas Operacionais	26	(149.885)	(101.225)	(153.930)	(103.908)
Despesas com Vendas		1.997	(6.811)	1.900	(6.810)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		1.997	(6.811)	1.900	(6.810)
Despesas Gerais e Administrativas		(98.030)	(103.252)	(101.978)	(105.936)
Depreciação e amortização		(7.257)	(8.523)	(7.257)	(8.523)
Outras despesas Gerais e Administrativas		(90.773)	(94.729)	(94.721)	(97.413)
Outras Despesas Operacionais		(53.852)	8.838	(53.852)	8.838
Outras despesas operacionais		(53.852)	8.838	(53.852)	8.838
Outras Receitas	27	1.139	13.029	1.139	13.029
Outras Despesas	27	(1.878)	(32.291)	(1.878)	(20.579)
Resultado do serviço		839.375	1.211.351	970.383	1.149.601
Resultado de Participações Societárias		135.923	(54.219)	5.414	3.818
Resultado antes do resultado financeiro		975.298	1.157.132	975.797	1.153.419
Resultado Financeiro	28				
Receitas Financeiras		73.967	173.157	83.362	177.011
Despesas Financeiras		(258.266)	(172.743)	(261.539)	(173.307)
		(184.299)	414	(178.177)	3.704
Lucro antes dos tributos		790.999	1.157.546	797.620	1.157.123
Contribuição Social	21	(49.277)	(66.005)	(50.288)	(66.590)
Imposto de renda	21	(136.118)	(183.375)	(138.512)	(184.745)
		(185.395)	(249.380)	(188.800)	(251.335)
Lucro líquido do exercício		605.604	908.166	608.820	905.788
Lucro líquido atribuído ao Acionista da Companhia Controladora		-	-	605.604	908.166
Lucro líquido atribuído ao Acionista Não Controlador		-	-	3.216	(2.378)
Lucro/(Prejuízo) Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$		63,13	94,68	63,47	94,43
Lucro/(Prejuízo) Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$		63,13	94,68	63,47	94,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T
Demonstrações dos resultados abrangentes para os para os exercícios findos em dezembro
2023 e 2022
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	605.604	908.166	608.820	905.788
Outros resultados abrangentes	(301.939)	301.667	(301.939)	301.667
Varição líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	4.710	(5.371)	4.710	(5.371)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	(1.601)	1.826	(1.601)	1.826
Ganhos (Perdas) Atuariais	(305.048)	305.212	(305.048)	305.212
Resultado abrangente do período	<u>303.665</u>	<u>1.209.833</u>	<u>306.881</u>	<u>1.207.455</u>
Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora			303.665	1.209.833
Atribuído ao Acionista Não Controlador			<u>3.216</u>	<u>(2.378)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em dezembro 2023 e 2022
(em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de Lucro			Dividendos	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos Não Controladores	Total
			Reserva Lucro a realizar	Reserva Legal	Reserva Dividendos não Distribuídos						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	981.343	(16.148)	59.887	112.499	354.367	572.931	-	(300.055)	1.764.824	4.973	1.769.798
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	605.604	(301.939)	303.665	3.216	306.881
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	605.604	-	605.604	3.216	608.820
Variação valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	4.710	4.710	-	4.710
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(1.601)	(1.601)	-	(1.601)
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	(305.048)	(305.048)	-	(305.048)
Mutação internas do patrimônio líquido	-	-	49.714	30.280	-	-	(79.994)	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	30.280	-	-	(30.280)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucro a realizar	-	-	49.714	-	-	-	(49.714)	-	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	-	(1.145)	-	-	-	(204.923)	(525.609)	-	(731.676)	861	(730.816)
Juros sobre capital próprio - AGE 31/03/23, 30/06/23, 30/09/23 e 29/12/2023	-	-	-	-	-	-	(91.800)	-	(91.800)	-	(91.801)
Constituição reserva de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(284)	(284)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(572.931)	-	-	(572.931)	-	(572.931)
Reconhecimento de perda sem alteração de controladores	-	(1.145)	-	-	-	-	-	-	(1.145)	1.145	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	368.008	(368.008)	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(65.800)	-	(65.800)	-	(65.800)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	981.343	(17.293)	109.601	142.780	354.367	368.008	-	(601.994)	1.336.812	9.050	1.345.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de Lucro			Dividendo	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos Não Controladores	Total
			Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucro a realizar	Reserva Legal						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	981.343	-	421.658	-	67.091	1.153.883	-	(601.721)	2.022.254	6.868	2.029.122
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	908.166	301.666	1.209.832	(2.378)	1.207.454
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	908.166	-	908.166	(2.378)	905.788
Variação valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	(3.546)	(3.546)	-	(3.546)
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	305.212	305.212	-	305.212
Mutação internas do patrimônio líquido	-	-	-	59.887	45.408	-	(105.295)	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	45.408	-	(45.408)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucro a realizar	-	-	-	59.887	-	-	(59.887)	-	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	-	(16.148)	(421.658)	-	-	(799.516)	572.931	(802.870)	(1.467.261)	482	(1.466.778)
Transferência de saldos de reserva fiscal	-	-	(421.658)	-	-	421.658	-	-	-	-	-
Reconhecimento de perda sem alteração de controladores	-	(482)	-	-	-	-	-	-	(482)	482	-
Resgate compulsório de ações	-	(15.666)	-	-	-	-	-	-	(15.666)	-	(15.666)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(1.221.174)	-	-	(1.221.174)	-	(1.221.174)
Juros sobre capital próprio - AGE 30/12/2022	-	-	-	-	-	-	(95.000)	-	(95.000)	-	(95.000)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	572.931	(572.931)	-	-	-	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(134.939)	-	(134.939)	-	(134.939)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	981.343	(16.148)	-	59.887	112.499	354.367	572.931	-	(300.055)	4.973	1.769.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em dezembro 2023 e 2022

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes dos tributos	791.000	1.157.546	797.621	1.157.122
Ajustes:				
Depreciação e amortização	10.129	(4.650)	10.131	(4.647)
Baixa de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	709	3.158	709	3.158
Resultado de Equivalência Patrimonial	(135.923)	54.219	(5.414)	(3.818)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	37.881	54.131	40.089	56.180
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.998)	6.810	(1.901)	6.810
Variação dos Investimentos em Títulos do Governo	(5.874)	(7.465)	(5.874)	(7.465)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	210.175	70.901	210.711	70.901
Ativo Contratual	(733.559)	(1.194.712)	(774.551)	(1.090.334)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	61.384	-	61.384	-
Outros	1.858	(36.619)	1.858	57.684
	235.782	103.319	334.763	245.591
Variações nos Ativos e Passivos Operacionais				
(Aumento) redução dos ativos:				
Concessionárias e Permissionárias	(22.108)	(19.090)	(23.321)	(20.387)
Tributos a recuperar	32.774	(42.009)	32.774	(42.009)
Estoques	25.904	(6.188)	25.904	(6.188)
Empréstimos a Receber	-	198.789	-	198.789
Adições do ativo de transmissão	(525.658)	(223.819)	(547.952)	(229.685)
Ativo Contratual	592.756	634.705	611.637	650.350
Depósitos judiciais	(48.382)	(44.651)	(50.791)	(47.761)
Outros ativos	(23.888)	(2.695)	(25.478)	(11.017)
Aumento (redução) dos passivos:				
Fornecedores	75.332	39.503	73.024	39.487
Obrigações fiscais	(45.334)	7.521	(48.292)	7.360
Obrigações trabalhistas a pagar	3.324	(30.833)	3.324	(30.846)
Obrigações da concessão	44.323	516	44.488	497
Outras contas a pagar	(8.296)	10.113	(8.550)	(134.120)
Provisão para Benefícios a Empregados	(97.234)	(82.456)	(97.234)	(82.456)
	3.513	439.406	(10.466)	292.013
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(254.566)	(47.409)	(254.566)	(47.409)
Pagamento de contingências judiciais	(10.916)	(14.031)	(10.916)	(14.031)
IRPJ e CSLL pagos	(61.172)	(67.579)	(63.594)	(67.579)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	(87.359)	413.706	(4.779)	408.585
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	(93.601)	-	-
Dividendos Recebidos	803	3.557	803	3.557
Investimentos em Títulos do Governo	3.453	54.214	(21.768)	54.214
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(151.465)	(37.018)	(151.465)	(77.682)
Adições no Intangível	(1.195)	(40)	(1.195)	(40)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(148.404)	(72.888)	(173.625)	(19.951)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	(23.798)	(590.367)	(23.798)	(590.367)
Captação de Empréstimos e Debêntures	1.165.142	957.801	1.165.142	957.801
Liquidação de Operações com Derivativos	(18.771)	-	(18.771)	-
Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital próprio	(839.072)	(1.218.652)	(839.072)	(1.218.652)
Redução de capital	-	-	284	-
Resgate compulsório de ações	-	(15.666)	-	(15.666)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	283.501	(866.884)	283.785	(866.885)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	47.738	(526.066)	105.381	(478.251)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	215.857	741.923	268.915	747.166
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	263.595	215.857	374.296	268.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em dezembro 2023 e 2022

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
1 - Receita	2.021.264	2.037.853	2.094.597	2.085.597
1.1 Receita Operacional Bruta	1.994.023	2.000.742	2.067.453	2.048.486
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.998	(6.810)	1.901	(6.810)
1.3 Outras Receitas	25.243	43.921	25.243	43.921
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(663.251)	(298.309)	(604.021)	(441.048)
2.1 Material	(7.653)	(3.952)	(7.684)	(3.958)
2.2 Serviços de Terceiros	(72.940)	(62.741)	(84.814)	(73.185)
2.3 Outros Custos Operacionais	-	-	85.000	-
2.4 Custo de Construção	(582.927)	(198.376)	(595.058)	(329.660)
2.5 Outras Despesas Operacionais	269	(33.240)	(1.465)	(34.243)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.358.013	1.739.544	1.490.576	1.644.549
4 - Retenções	(69.754)	(1.367)	(69.720)	33.273
4.1 Depreciação e Amortização	(8.463)	(7.036)	(8.466)	(7.039)
4.2 Depreciação do Ativo de Direito de Uso	(1.665)	(3.943)	(1.665)	(3.943)
4.3 Provisões	(59.626)	9.612	(59.589)	44.255
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.288.259	1.738.177	1.420.856	1.677.822
6 - Valor adicionado recebido em transferência	209.890	118.937	88.777	180.829
6.1 Resultado de Participações Societárias	135.923	(54.219)	5.414	3.818
6.2 Receitas Financeiras	73.967	173.156	83.363	177.011
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.498.149	1.857.114	1.509.633	1.858.651
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	174.893	238.709	174.920	238.833
8.1.1 Remuneração Direta	73.547	113.190	73.574	113.190
8.1.2 Benefícios	31.932	51.486	31.932	51.487
8.1.3 Plano de Benefícios Previdenciais	53.620	58.391	53.620	58.495
8.1.4 Compromissos Previdenciais	7.832	6.845	7.832	6.866
8.1.5 FGTS	7.961	8.795	7.961	8.795
8.2 Impostos, taxas e contribuições	455.156	531.830	459.992	534.795
8.2.1 Federais	453.010	520.951	457.846	523.740
8.2.2 Estaduais	79	17	79	17
8.2.3 Municipais	2.067	10.862	2.067	11.038
8.3 Remuneração de capital de terceiros	262.496	178.410	265.902	179.235
8.3.1 Despesas de Locações	4.230	5.701	4.363	5.853
8.3.2 Despesas Financeiras	258.266	172.709	261.539	173.382
8.4 Remuneração de capital próprio	605.604	908.165	608.819	905.788
8.4.1 Juros sobre Capital Próprio	91.800	95.000	91.800	95.000
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	433.809	707.870	433.809	707.870
8.4.3 Reserva de Lucro	79.994	105.295	79.994	102.917
8.4.4 Lucros Acumulados	-	-	3.215	-
	1.498.149	1.857.114	1.509.633	1.858.651

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T (“CPFL Transmissão” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objeto principal realizar estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, bem como celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90.230-181, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul – Brasil.

A Companhia detém três concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, são elas:

Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL

Firmado em 2001, e aditado em 2012, o contrato para transmissão de energia elétrica, estabelece: (i) quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente; (ii) as condições para a prestação do serviço; (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e (iv) a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

O aditivo de 2012 estabeleceu: (i) os valores de indenização das instalações não depreciadas, construídas posteriores a maio de 2000 – RBNI e das instalações não depreciadas, construídas anteriormente a maio de 2000 – Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), vide nota 13, (ii) o reajuste anual (julho) e revisão quinquenal da receita anual permitida (RAP). Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabelece em regulamentação específica as regras e metodologia para cálculo dessa revisão, e (iii) prorrogou o prazo do contrato de concessão por mais 30 anos, até 31 de dezembro de 2042.

Contrato de Concessão nº 080/2002 – ANEEL

Em 2002, a Companhia firmou o contrato de concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3, que estabelece: (i) a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão, (ii) quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores), (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, (iv) indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão, (v) prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período, desde que requerida pela Companhia até 36 meses antes do término do contrato.

A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato, (vi) reajuste anual (julho) das tarifas e revisão nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovados seus impactos. Os critérios e as metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em regulamentação específica.

Contrato de Concessão Nº 04/2022 - ANEEL

Em 2022 a Companhia firmou contrato para a construção, operação e manutenção da Subestação 230/138 kV Cachoeirinha 3, incluindo obras de seccionamento de linhas de transmissão 230 kV e 138 kV. O contrato de concessão previa a energização para até 30 de setembro de 2024, com RAP de R\$ 9.234, auferida a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações, sendo que a energização e a entrada em operação comercial ocorreram em novembro de 2023.

A Companhia possui participações diretas na seguinte controlada:

Transmissão de Energia	Tipo de Sociedade	Participação Societária	Localização (Estado)
Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. (TESB)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 97,77%	Rio Grande do Sul

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e sua controlada também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Energia Elétrica Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi emitida pela Administração em 26 de fevereiro de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e (ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 10 – Ativo contratual;
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Debêntures;
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos;
- Nota 21 – Créditos e débitos fiscais diferidos; e
- Nota 32 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, sendo esta a forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e sua controlada avaliam a performance e alocam os recursos necessários.

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e coligadas estão descritas na nota 11. A controlada Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda (TESB) é consolidada de forma integral, as coligadas Transmissora Porto Alegre Ltda (TPAE) e Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU) são registradas por equivalência patrimonial e as demais coligadas são registradas pelo método de custo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida na controlada TESB.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração conforme práticas IFRS.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Ativo Contratual da Concessão

Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Companhia reconhece como Ativo Contratual os investimentos realizados nas concessões de transmissão.

O valor do Ativo Contratual representa os investimentos em construção e melhorias que serão remunerados através da Receita Anual Permitida de Transmissão (RAP), durante toda vigência do contrato de concessão e condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho. Eventuais investimentos não amortizados geram direito de indenização ao final do contrato de concessão.

A amortização do Ativo Contratual é estimada de forma a cobrir a remuneração do ativo e a reintegração dos investimentos realizados.

Como atendimento aos requisitos contábeis e conforme suas políticas contábeis, a Companhia esclarece que:

- I. Para fins do consolidado a Companhia apresenta margens negativas de construção, implícita no custo, em função dos atrasos de obras e custos acima do orçado verificados na subsidiária TESB. Em relação aos contratos indenizatórios por se tratar exclusivamente de indenização e não construção de ativos, não são

reconhecidas margens. Para os demais contratos do grupo a Companhia e a Administração possui margem de construção entre 6% e 29%.

- II. A companhia reconhece margem de operação e manutenção de até 45%.
- III. A atualização monetária do Ativo Contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida em cada projeto, determinada através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão após alocação de suas devidas margens. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 4% a.a. e 12% a.a.

3.3 Instrumentos financeiros

3.3.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 34). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

3.3.2 Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

i. **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.

ii. **Mensurados ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 32.

3.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16 / IAS 2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio.

3.5 Imobilizado e atividades não vinculadas à concessão

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que os mesmos estejam em condição de operar, assim como os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estejam instalados e os custos de juros sobre financiamentos para a sua aquisição, respeitando o limite regulatório.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que retorne com os benefícios econômicos esperados e que possa ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente substituído. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme são incorridos.

A depreciação é calculada linearmente com taxas anuais variáveis 3,48% até 14,29%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens conforme as orientações do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação e baixa de um ativo imobilizado são registrados no resultado na mesma competência em que os recursos advindos da alienação ocorram.

A Companhia possui em seu acervo patrimonial uma série de bens administrativos e outros não vinculados ao serviço da concessão, sendo estes bens destinados à sua utilização própria.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de transmissão são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.6 Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, como por exemplo os direitos de uso de softwares e servidões de passagem para as linhas de transmissão.

3.7 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar

as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 / CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas às concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.9 Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes, com base na expectativa de vida do participante, na idade média de aposentadoria e na inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

3.10 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com o ICPC 08, apenas o dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei 6.404/76, para sociedades anônimas, pode ser provisionado como exigível, de forma que o dividendo proposto e ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após sua aprovação pelo órgão competente.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação vigente, compete à Assembleia Geral a declaração de dividendos intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendos e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.11 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

- Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras.
- Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos mensalmente pelo regime de competência com base na taxa implícita do contrato de concessão sobre o montante a receber da receita de construção.
- Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações reconhecidos mensalmente pelo regime de competência.

3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto corrente no caso de contrato de concessão de serviços públicos, o lucro decorrente da receita reconhecida pela construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura, cuja contrapartida seja ativo financeiro representativo de direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, poderá ser tributado à medida do efetivo recebimento.

Para fins dos pagamentos mensais determinados sobre a base de cálculo estimada de que trata o art. 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a concessionária poderá considerar como receita o montante efetivamente recebido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.13 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.14 Arrendamentos

De acordo com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo prazo estabelecido em contrato e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos

futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.15 Base de consolidação

Controlada e coligadas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para as coligadas, este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento da aquisição.

As políticas contábeis das controladas e das coligadas consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações das coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de sua controlada. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para a controlada.

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controlada, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos das coligadas, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 11.

Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas, conseqüentemente nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.16 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2023, o Grupo adotou as alterações ao CPC 32 / IAS 12 de tributos sobre lucro, o qual, estabeleceu o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis, mas vale ressaltar que na Companhia, não houve impactos significativos com a adoção das alterações na norma. Também levou em consideração as mudanças ocorridas no CPC 23 / IAS 8 considerando as mudanças introduzidas na definição de estimativas contábeis e os esclarecimentos a respeito da distinção de estimativas contábeis e políticas contábeis. Por fim, destaca-se também a adoção ocorrida no CPC 26 (R1) / IAS 1 no que concerne a aplicação de julgamento de materialidade para as políticas contábeis, ao levar em consideração que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

3.17 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. O Grupo não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26 (R1) / IAS 1)

Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de

refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida pelo IFRS a fim de esclarecer que a Entidade que possuir passivos com cláusulas contratuais restritivas (covenants) apenas será afetada pela classificação do passivo para casos em que o atingimento desses índices deva ocorrer até a data do balanço.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(b) Divulgações Gerais relacionadas à Sustentabilidade (IFRS S1) e Divulgações Relacionadas ao Clima (IFRS S2).

Em junho de 2023, o *International Sustainability Standards Board (ISSB)* emitiu as suas duas primeiras Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS, a IFRS S1 de Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e a IFRS S2 de Divulgações Relacionadas ao Clima.

A IFRS S1 estabelece os requisitos gerais de como as Companhias devem divulgar em seu relatório, informações relevantes sobre os riscos e oportunidades relacionados à Sustentabilidade e que sejam importantes para tomada de decisão dos usuários das Demonstrações Financeiras, uma vez que possam impactar diretamente nas decisões da empresa.

Já a IFRS S2, considerando os efeitos de todas as alterações climáticas que estão ocorrendo e venham a ocorrer ao longo dos anos, exige a divulgação dos riscos e oportunidades relacionados com o clima, levando em conta o setor, indústria e demais circunstâncias nas quais a empresa atua. Vale ressaltar que a IFRS destaca que as mudanças climáticas se apresentam como risco para as empresas que estão expostas diretamente ou indiretamente a tais mudanças e oportunidade para empresas que atuam como mitigadoras das mudanças climáticas.

As empresas são obrigadas a aplicar a IFRS S1 e a IFRS S2 em conjunto para garantir a conformidade com as Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS. Pelo IFRS, as alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. No Brasil, para as Companhias abertas, a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade foi aprovada pela CVM através da Resolução CVM 193 de 20 de outubro de 2023, com adoção voluntária a partir de 1º de janeiro de 2024 e adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2026.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações e os novos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas, e não adotará.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado, na data de mensuração.

- Ativo contratual

O valor justo do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 34).

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldos bancários	9.043	(240)	9.060	(234)
Aplicações financeiras	254.552	216.097	365.236	269.149
Título de crédito privado (a)	251.531	216.097	362.215	269.149
Operações compromissadas em debêntures (a)	3.021	-	3.021	-
Total	263.595	215.857	374.296	268.915

(a) Corresponde à títulos de crédito privado de operação de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) montante de R\$ 365.236 (R\$ 269.149 em 31 de dezembro de 2022), tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 103,02% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) para CDB e 88,59% do CDI para Operações Compromissadas.

(6) INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO GOVERNO

Refere-se a investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B (NTN-B), com as seguintes características:

- Data-base: 15 de julho de 2000;
- Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Um mil reais);
- Modalidade: nominativa e negociável;
- Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- Juros remuneratórios: 6% a.a.
- Pagamento do principal em parcela única, na data de vencimento do título e dos juros semestralmente com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.

O investimento é classificado como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

Forma de atualização das NTN-Bs

Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-Bs, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Adicionalmente, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado.

Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal e atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e juros remuneratórios de 6% a.a., calculados pró-rata-die).

O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Movimentação

O valor justo e os juros efetivos das NTN-Bs estão reconhecidos contabilmente conforme segue:

	Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido		Resultado	
	Investimentos em Títulos do Governo	Impostos diferidos	Outros resultados abrangentes	Receita financeira	Impostos
Saldo em 31/12/2021	108.121	22.264	(1.504)	13.817	(4.698)
Atualização pela taxa efetiva	7.465	-	-	7.465	-
Valorização do valor justo	(10.181)	-	(10.181)	-	-
Juros Recebidos	-	-	4.810	-	-
Venda do ativo financeiro	(49.404)	-	-	-	-
Efeito tributário	-	2.676	1.826	-	(4.502)
Saldo em 31/12/2022	56.000	24.940	(5.049)	7.465	(4.502)
Atualização pela taxa efetiva	5.874	-	-	5.874	-
Valorização do valor justo	1.542	-	1.542	-	-
Juros Recebidos	-	-	3.168	-	-
Venda do ativo financeiro	(285)	-	-	-	-
Efeito tributário	-	1.424	(1.601)	-	177
Saldo em 31/12/2023	63.131	26.364	(1.941)	5.874	177
Circulante	63.131	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	-	-	-

(7) CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	Controladora					Consolidado				
	Saldos Vencidos	Vencidos			Total	Saldos Vencidos	Vencidos			Total
		até 360 dias	> 360 dias				até 360 dias	> 360 dias		
Concessionárias e permissionárias	126.247	10.805	5.322	142.374	122.242	130.103	11.144	5.419	146.665	125.320
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	126.247	10.805	5.322	142.374	122.242	130.103	11.144	5.419	146.665	125.320
Total				137.052	113.166				141.246	116.244

Referem-se aos valores a receber de concessionárias e permissionárias pela disponibilização do sistema de transmissão faturados através dos Avisos de Crédito (AVC's), autorizados por meio das Resoluções Homologatórias emitidas pela ANEEL, e pelos faturamentos dos contratos de conexão (CCT's) ao sistema de transmissão, firmados diretamente com os agentes acessantes.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 32.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Concessionárias e permissionárias	Outros ativos	Total	Concessionárias e permissionárias	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2021	(3.952)	(7.569)	(11.521)	(3.952)	(7.569)	(11.521)
Provisão revertida (constituída) líquida	(5.124)	(1.686)	(6.810)	(5.124)	(1.686)	(6.810)
Saldo em 31/12/2022	(9.076)	(9.255)	(18.331)	(9.076)	(9.255)	(18.331)
Provisão revertida (constituída) líquida	3.754	220	3.974	3.657	220	3.877
Saldo em 31/12/2023	(5.322)	(9.035)	(14.357)	(5.419)	(9.035)	(14.454)
Circulante	(5.322)	(9.035)	(14.357)	(5.419)	(9.035)	(14.454)

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10.215	13.770	10.297	13.852
IRPJ Saldo Negativo	11.551	20.338	11.553	20.340
CSLL Saldo Negativo	5.754	10.833	5.754	10.833
Imposto de renda e contribuição social a compensar	27.520	44.941	27.604	45.025
Programa de integração social - PIS	453	316	455	318
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.470	1.484	2.470	1.484
Instituto nacional de seguridade social - INSS	300	313	300	313
Outros	185	429	203	447
Outros tributos a compensar	3.408	2.542	3.428	2.562
Total Circulante	30.928	47.483	31.032	47.587
Não circulante				
Imposto de renda a compensar	-	16.242	-	16.242
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	16.242	-	16.242
Total não circulante	-	16.242	-	16.242

(9) OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	12.595	8.601	12.595	8.601
Adiantamento a Fornecedores/Empregados	1.916	3.447	2.978	3.486
Serviços Prestados	4.936	9.310	4.936	9.310
Dividendos a Receber	59	763	59	763
Custos a Reembolsar	2.273	1.440	2.273	1.440
Alienação de Bens e Serviços	382	1.521	382	1.521
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	34.442	17.855	34.442	17.855
Pagamentos Antecipados	4.009	2.177	4.009	2.177
(-) Provisão Para Créditos De Liquidação Duvidosa	(9.035)	(9.255)	(9.035)	(9.255)
Outros Devedores	27.121	20.085	27.121	20.085
Total Circulante	78.698	55.944	79.760	55.984
Não circulante				
Bens e Direitos Destinados à Alienação/Renda	3.413	2.827	3.413	2.827
Outros	449	132	449	132
Total não circulante	3.862	2.959	3.862	2.959

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características. Quando da conclusão dos projetos, serão reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente submetidos à auditoria e à avaliação final da ANEEL.

Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais - refere-se aos saldos das ordens e projetos de reformas em andamento, relacionados aos equipamentos desinstalados das subestações e linhas de transmissão, os quais passam por uma análise de triagem que, em caso de um parecer técnico favorável pelo seu reaproveitamento, são encaminhados ao processo de reforma e, posteriormente, movimentados para o estoque de investimento.

(10) ATIVO CONTRATUAL

Com base nos contratos de concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 – Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Administração reconhece como “Ativo Contratual” a infraestrutura disponibilizada ao serviço da concessão que está sujeita ao cumprimento das obrigações de desempenho para fazer jus à contraprestação esperada, no caso à RAP (Receita Anual Permitida), e não somente à passagem do tempo.

A Administração avalia também que as novas receitas relacionadas aos contratos de concessão renovados têm origem, exclusivamente, nas novas obras de reforços e melhorias, que são submetidas às resoluções autorizativas e às revisões tarifárias. São elas que produzem ajustes diretamente nas receitas inseridas no fluxo de caixa em relação aos valores de investimento realizados.

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como seguem:

	Controladora				Consolidado		
	Contrato 080/2002 Lote A	Contrato 055/2001 RBSE	Contrato 055/2001 RBNI	Contrato 004/2021 Lote 6	Total	Contrato 001/2011 TESB	Total
Saldo em 31/12/2021	61.276	1.523.804	1.172.600	-	2.757.680	341.894	3.099.574
(+) Adições	-	-	223.891	53.149	277.040	46.530	323.571
(+) Remuneração	25.709	330.026	167.150	846	523.731	15.765	539.496
(+) Atualização Monetária	54.877	210.767	84.656	-	350.300	1.093	351.393
(-) Baixas	-	-	(109)	-	(109)	-	(109)
(-) Amortização do período	(13.999)	(421.674)	(198.923)	-	(634.596)	(15.645)	(650.241)
(+/-) Outros	-	54.036	266.645	-	320.681	(121.236)	199.445
Saldo em 31/12/2022	127.863	1.696.959	1.715.910	53.995	3.594.727	268.401	3.863.129
(+) Adições	-	-	726.560	93.709	820.269	22.294	842.563
(+) Remuneração	12.219	179.274	158.512	5.326	355.331	18.534	373.865
(+) Atualização Monetária	(4.370)	76.991	72.059	-	144.680	22.459	167.139
(-) Amortização	(19.788)	(387.733)	(184.416)	(819)	(592.756)	(18.881)	(611.637)
(+/-) Outros	(4.091)	297	(9.980)	957	(12.817)	(29.514)	(42.331)
Saldo em 31/12/2023	111.833	1.565.788	2.478.645	153.168	4.309.434	283.293	4.592.728
Circulante	19.128	384.783	189.895	-	593.806	15.196	609.002
Não Circulante	92.705	1.181.005	2.288.750	153.168	3.715.628	268.097	3.983.725

A Receita Anual Permitida (RAP), para o ciclo 2023/2024 está vigente desde 1º de julho de 2023 através da resolução homologatória (REH) ANEEL nº 3.216/2023 para os contratos de concessão de transmissão: (i) nº

055/2001 que entraram em operação após 2012 (RBNI), é de R\$ 232.902, para as operações sobre rede básica existente (RBSE), é de R\$ 889.119, a Parcela de Ajuste (PA) é de (R\$ 53.167), (ii) nº 080/2002, é de R\$ 21.435 e (iii) nº 0004/2022 que entrou em operação em dezembro de 2023 é de R\$ 9.988.

Para o contrato 0001/2011 da controlada TESB, a RAP vigente para o ciclo 2023/2023 é de R\$ 37.230, com RAP adicional prevista de R\$ 5.931 na medida em que as obras de reforço forem concluídas.

Em junho de 2022, a Superintendência de Gestão Tarifária da ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 85/2022, que trata da análise dos pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento da RBSE, tendo ocorrido, neste mesmo mês, decisão monocrática (Despacho nº 1.762/22) deliberada pelo Diretor da ANEEL sobre o referido tema. A decisão monocrática foi suspensa por meio da emissão do Despacho 1.844/2022, quando a Diretora Geral da Agência decidiu acatar o pedido de efeito suspensivo interposto pela ABRATE, suspendendo assim os efeitos do despacho nº 1.762/2022 até o julgamento definitivo pela Diretoria Colegiada da ANEEL. Em 27 de abril de 2023, a Superintendência de Gestão Tarifária da ANEEL emitiu uma nova Nota Técnica nº 85/2023 tratando das manifestações acerca dos cálculos apresentados no âmbito do pagamento do componente financeiro da RBSE contudo, não produziu efeitos práticos imediatos e toda e qualquer evolução relacionada ao tema RBSE ainda depende de decisão da Diretoria Colegiada da ANEEL. As premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento estão vigentes e permanecem apropriados, conforme entendimento da Administração e se encontram refletidos nessas demonstrações financeiras.

(11) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Participações societárias permanentes				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	390.252	256.315	19.533	14.959
Avaliadas pelo método de custo	2.889	2.889	2.889	2.889
	393.141	259.204	22.422	17.848

11.1 Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
Controladas				
TESB	1.131.490	97,77%	799.856	96,85%
Coligadas				
TPAE	38.146	9,65%	38.146	9,65%
ETAU	34.895	10,00%	34.895	10,00%

Controlada - Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda (TESB)

A Companhia juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A. (Procable) e a RealYou Group Co. Ltd., constituíram a Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. (TESB), sociedade limitada, cujo objeto social é a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão linhas e subestações pelo prazo de 30 anos.

Em 26 de maio de 2023, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), na qual, a Companhia integralizou o montante de R\$85.100. Em 05 de dezembro de 2023 foi realizada nova AGE, na qual, a Companhia integralizou o montante de R\$ 29.517. Em ambos os casos, o aumento de capital não foi acompanhado pelos demais acionistas. Assim, a participação acionária da Companhia na TESB passou de 96,85% para 97,77% em 31 de dezembro de 2023. Também na AGE realizada em 05 de dezembro de 2023 foi aprovado a compra, pela TESB, da totalidade das ações detidas pela acionista Procable pelo preço total de R\$ 283.245, a qual, foi inicialmente constituída Reserva de Capital e destinada para manutenção em tesouraria. Como consequência, fica consignada a saída da Procable do quadro de acionistas da TESB a partir desta data.

Coligadas

Transmissora Porto Alegre Ltda (TPAE)

Sociedade de Propósito Específico com objetivo de explorar concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, mediante construção, montagem, operação e manutenção da linha de transmissão subterrânea em 230 kV Porto Alegre 9 – Porto Alegre 4.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU)

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai (ETAU) atua na transmissão de energia elétrica através da linha de transmissão Campos Novos – Santa Marta de 230 kV, subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS, Barra Grande - SC e entradas de linhas e instalações associadas a essas.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a Companhia possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

Informações Financeiras Controladas e Coligadas

	31/12/2023		
	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)
Controladas			
TESB	616.565	406.066	133.724
Coligadas			
TPAE	38.146	50.125	193
ETAU	34.895	146.772	30.504

Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Centrais Elétricas Brasileira SA - ELETROBRAS	2.013	2.013
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo	876	876
	2.889	2.889

11.2 Movimentação dos investimentos

	Controladora						Saldos em 31/12/2023
	Saldos em 31/12/2022	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Dividendos	Integralização de Capital	AFAC	Perda de Investimentos	
Controladas							
TESB	241.356	130.508	-	114.900	(114.900)	(1.146)	370.718
Coligadas							
TPAE	4.144	1.055	(343)	-	-	-	4.856
ETAU	10.816	4.359	(497)	-	-	-	14.678
	256.316	135.922	(840)	114.900	(114.900)	(1.146)	390.252

	Controladora							Saldos em 31/12/2022
	Saldos em 31/12/2021	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Integralização Capital	Perda / Ganho de investimento	AFAC	Provisão para realização de AFAC	
Controladas								
TESB	111.971	(58.038)	-	99.300	(482)	114.900	(26.297)	241.355
Coligadas								
TPAE	3.445	804	(105)	-	-	-	-	4.144
ETAU	9.716	3.014	(1.915)	-	-	-	-	10.815
	125.132	(54.219)	(2.020)	99.300	(482)	114.900	(26.297)	256.314

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2022	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Dividendos	Saldos em 31/12/2023
Coligadas				
TPAE	4.144	1.055	(343)	4.856
ETAU	10.815	4.359	(497)	14.677
	14.959	5.414	(840)	19.533

Consolidado				
	Saldos em 31/12/2021	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31/12/2022
Coligadas				
TPAE	3.445	804	(105)	4.144
ETAU	9.716	3.014	(1.915)	10.815
	13.161	3.818	(2.020)	14.959

A equivalência patrimonial em 2023, R\$ 135.922 se refere aos investimentos da Companhia, sendo composto pelas investidas TESB, TP AE e ETAU.

(12) IMOBILIZADO

	Controladora							
	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Em curso	Não vinculados à concessão	TOTAL
Saldo em 31/12/2021	727	2.926	35.416	201	320	47.080	44	86.715
Adições	-	-	-	-	-	39.187	-	39.187
Baixas	-	(1.289)	(9.591)	-	(2.272)	(35.488)	(4.581)	(53.221)
Depreciação	-	(219)	(3.044)	(160)	(45)	-	(8)	(3.476)
Baixa da depreciação	-	440	8.926	-	2.058	-	4.545	15.969
Saldo em 31/12/2022	727	1.858	31.707	41	61	50.779	-	85.174
Adições	-	-	-	-	-	151.465	-	151.465
Baixas	-	-	(670)	(30)	(9)	(57.269)	-	(57.978)
Depreciação	-	(155)	(2.104)	(32)	(13)	-	-	(2.304)
Baixa da depreciação	-	-	438	30	8	-	-	476
Saldo em 31/12/2023	727	1.703	29.371	9	47	144.975	-	176.833
Taxa média de depreciação 2022		3,42%	4,35%	14,29%	6,25%			
Taxa média de depreciação 2023		3,48%	4,71%	14,29%	6,25%			

	Consolidado							
	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Em curso	Não vinculados à concessão	TOTAL
Saldo em 31/12/2021	727	2.926	35.432	201	320	47.080	44	86.731
Adições	-	-	-	-	-	79.851	-	79.851
Baixas	-	(1.289)	(9.591)	-	(2.272)	(76.152)	(4.581)	(93.885)
Depreciação	-	(219)	(3.047)	(160)	(45)	-	(8)	(3.479)
Baixa da depreciação	-	440	8.926	-	2.058	-	4.545	15.968
Saldo em 31/12/2022	727	1.858	31.720	41	61	50.779	-	85.187
Adições	-	-	-	-	-	151.465	-	151.465
Baixas	-	-	(670)	(30)	(9)	(57.269)	-	(57.978)
Depreciação	-	(155)	(2.106)	(32)	(13)	-	-	(2.306)
Baixa da depreciação	-	-	438	30	8	-	-	476
Saldo em 31/12/2023	727	1.703	29.382	9	47	144.975	-	176.843
Taxa média de depreciação 2022		3,42%	4,35%	14,29%	6,25%			
Taxa média de depreciação 2023		3,48%	4,71%	14,29%	6,25%			

O Ativo imobilizado da Companhia no montante de R\$ 176.843 (R\$ 85.187 em 31 de dezembro de 2022), é composto por bens administrativos, assim como por outros bens de utilizações geral não vinculados à concessão do serviço de energia elétrica, os quais fazem parte da BAR (Base de Anuidade Regulatória). Desta forma, ficam excluídos do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 47 e da Norma NBC TG 47.

As principais adições no período se referem às aquisições de equipamentos destinados aos almoxarifados de investimento; às aquisições de veículos; e aos gastos voltados às melhorias e construções de edificações diversas.

As baixas registradas no período estão vinculadas ao consumo de equipamentos dos almoxarifados para os projetos vinculados às redes e subestações vinculadas à concessão, ou seja, ao Ativo Contratual.

(13) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Materiais e Serviços	142.549	65.125	143.137	68.021
Retenção Contratual	2.278	4.370	2.278	4.370
Total	144.827	69.495	145.415	72.391

O saldo de R\$ 144.827 (R\$ 69.495 em 31 de dezembro de 2022) refere-se às aquisições de materiais e contratações de serviços necessários à execução das melhorias e ampliações, assim como para a execução de novas obras nas linhas de transmissão e nas subestações vinculadas à concessão. A elevação do saldo em 2023 ocorreu devido ao maior nível de investimentos realizados ao longo do exercício, principalmente, para as aquisições direcionadas ao estoque de investimento, assim como para diversas instalações, das quais cita-se as subestações PAL6, PAL9, PAL13.

(14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Férias, 13 º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	20.479	17.205	20.479	17.205
Retenções sobre a Folha de Pagamento	2.796	2.755	2.796	2.755
Prêmio Assiduidade	15	6	15	6
	23.290	19.966	23.290	19.966

(15) OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	47.286	18.928	47.645	19.248
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	12.064	3.629	12.397	3.802
Imposto de renda e contribuição social a recolher	59.350	22.557	60.042	23.051
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	4.521	1.286	4.521	1.578
Programa de integração social - PIS	1.972	1.798	2.008	1.815
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	9.078	8.326	9.244	8.403
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3.697	7.516	3.697	7.516
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	997	890	997	890
IRRF Sobre JSCP	-	14.250	-	14.250
Outros	7.030	2.017	8.202	4.653
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	27.295	36.083	28.669	39.105
Total Circulante	86.645	58.640	88.711	62.156
Não circulante				
Outros	3.003	-	7.400	4.921
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	3.003	-	7.400	4.921
Total Não circulante	3.003	-	7.400	4.921

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Controladora		Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
				Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial		
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pré Fixado	242	-	(242)	1	-	(1)	-
TJLP	23.489	-	(23.556)	1.391	-	(1.324)	-
Total Moeda Nacional	23.731	-	(23.798)	1.392	-	(1.325)	-
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	-	416.195	-	12.033	(9.526)	(9.649)	409.053
Marcação a mercado	-	-	-	(6.199)	-	-	(6.199)
Total Moeda estrangeira	-	416.195	-	5.834	(9.526)	(9.649)	402.854
Total	23.731	416.195	(23.798)	7.226	(9.526)	(10.974)	402.854
Circulante	4.179	-	-	-	-	-	2.384
Não circulante	19.552	-	-	-	-	-	400.470

Modalidade	Controladora					
	Saldo em 31/12/2021	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Moeda nacional						
Mensuradas ao custo						
Pré Fixado	3.147	(2.900)	42	-	(46)	242
TJLP	27.169	(3.832)	2.006	-	(1.855)	23.489
Total Moeda Nacional	30.316	(6.732)	2.048	-	(1.901)	23.731
Moeda estrangeira						
Dólar	649.363	(583.635)	5.762	(25.982)	(45.508)	-
Total Moeda estrangeira	649.363	(583.635)	5.762	(25.982)	(45.508)	-
Total	679.679	(590.367)	7.810	(25.982)	(47.409)	23.731
Circulante	656.088					4.179
Não circulante	23.591					19.552

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2023	31/12/2022	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional					
Pré fixado					
FINEM	Pré fixado de 2,5%	-	242	2016 a 2023	Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominado Nota do Tesouro Nacional - Série B
		-	242		
Pós fixado					
TJLP	TJLP + 3,05%	-	23.489	2016 a 2023	Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominado Nota do Tesouro Nacional - Série B
		-	23.489		
Total moeda nacional		-	23.731		
Mensuradas ao valor justo					
Moeda Estrangeira					
Dólar					
Empréstimo bancário (Lei 4.131)	US\$ + 4,4906%	409.053	-	2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		409.053	-		
Marcação a mercado					
		(6.199)	-		
Total moeda estrangeira		402.854	-		
Total		402.854	23.731		

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de Vencimento	Controladora
2025	406.669
Subtotal	406.669
Marcação a mercado	(6.199)
Total	400.470

Adições no exercício

Modalidade	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização do principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Custo Hedge	Cláusula restritiva - covenant financeiro
	Total aprovado	Liberado em 2023							
Lei 4131	416.195	416.195	Semestral	Parcela única em Dezembro de 2025	Capital de Giro	USD + 4,4906%	USD + 4,4906%	CDI + 1,25%	(a)
	416.195	416.195							

(a) CPFL Energia: (i) Dívida Líquida/EBITDA \leq 3,75 vezes; (ii) EBITDA/Resultado Financeiro \geq 2,25 vezes.

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso.

Os empréstimos e financiamentos contratados em 2023 tem cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas informações contábeis intermediárias e anuais consolidadas da CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75;
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Controladora				
	Saldo em 31/12/2022	Captação	Encargos e atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Mensuradas ao custo - pós fixado					
CDI	1.039.251	300.000	177.291	(243.592)	1.272.950
Gastos com captação	(2.016)	(1.053)	577	-	(2.491)
Total ao custo	1.037.235	298.947	177.869	(243.592)	1.270.459
Mensuradas ao valor justo - pós fixado					
IPCA	-	450.000	6.106	-	456.106
Marcação a mercado	-	-	(1.528)	-	(1.528)
Total ao valor justo	-	450.000	4.578	-	454.578
Total	1.037.235	748.947	182.447	(243.592)	1.725.037
Circulante	78.937				16.047
Não circulante	958.298				1.708.990

Modalidade	Controladora			
	Saldo em 31/12/2021	Captação	Encargos e atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Mensuradas ao custo - pós fixado				
CDI	-	960.000	79.251	1.039.251
Gastos com captação	-	(2.199)	183	(2.016)
Total	-	957.801	79.434	1.037.235
Circulante	-			78.937
Não circulante	-			958.298

Gastos com captação: conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2023	31/12/2022	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao Custo - Pós fixado					
CDI	CDI + 1,34%, CDI + 1,47% + CDI + 1,20%	(a) 1.272.950	1.039.251	2027 a 2029	Fiança da CPFL Energia
Gastos com Captação		(2.491)	(2.016)		
		1.270.459	1.037.235		
Mensuradas ao valor justo - pós fixado					
IPCA	IPCA + 6,1774%	456.106	-	2031 a 2032	Fiança da CPFL Energia
Marcação a Mercado		(1.528)	-		
		454.578	-		
Total		1.725.037	1.037.235		

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

Taxa efetiva:

(a) De 104,68% a 111,60% do CDI | CDI + de 0,48% a 1,50%

Gastos com captação: conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de Vencimento</u>	<u>Controladora</u>
2026	298.846
2027	259.686
2028	349.686
2029 a 2031	802.300
Subtotal	1.710.518
Marcação a mercado	(1.528)
Total	1.708.990

Adições no exercício

<u>Modalidade</u>	<u>Quantidade emitida</u>	<u>Liberado em 2023</u>	<u>Liberado líquido dos gastos de emissão</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização do principal</u>	<u>Encargo financeiro e Taxa efetiva anual</u>
Moeda nacional						
IPCA						
10ª Emissão - EEELA0	450.000	450.000	450.000	Semestral	Sério Única: Em 3 Parcelas anuais - out/2031, out/2032 e out/2023	IPCA + 6,1774%
CDI						
9ª Emissão - EEEL19	300.000	300.000	298.947	Semestral	Dezembro de 2026	CDI + 1,20%
		<u>750.000</u>	<u>748.947</u>			

Os recursos captados serão destinados para financiamento da dívida e capital de giro.

Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso.

As debêntures captadas têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas Informações contábeis intermediárias e anuais consolidadas da CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

18.1 Características:

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores e ex-colaboradores, administrado pela Fundação Família Previdência, anteriormente denominando Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo:

(i) “**Plano CEEEPREV**”: O CEEEPREV é um plano com características de contribuição variável pois contém uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido, no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

Em 2014 foi instaurado litígio judicial (Processo nº 0065790-57.2014.4.01.3400) relacionado às contribuições não paritárias, ajuizado pela Fundação Família Previdência (Antiga Fundação ELETROCEEE) em face da PREVIC, em razão da Portaria do órgão regulador que exigiu a apresentação de solução definitiva sobre os artigos do Regulamento do Plano de Benefícios que tratam da responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios, que se encontram irregulares perante a legislação aplicável.

Isto porque o Plano de Benefícios da CEEEPREV previa responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial, o que, segundo a PREVIC, e entendimento corroborado pela Administração da controlada, viola as previsões da Lei Complementar nº 108/2001. O resultado em 1ª e 2ª instância foi desfavorável à Fundação e favorável à controlada, não havendo efeito suspensivo sobre os recursos pendentes.

Já em 2019 foi instaurada a segunda demanda judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) relacionada ao tema, está ajuizada pela então CEEE-D e pela então CEEE-GT (antes da cisão entre os segmentos Geração e Transmissão) contra a Fundação, com o objetivo de reconhecimento da nulidade das cláusulas do Plano de Benefícios CEEEPREV, a fim de tornar nula a responsabilidade exclusiva das patrocinadoras perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial. Após a propositura da demanda pelas empresas integrantes do antigo Grupo CEEE, o próprio Estado do Rio Grande do Sul ingressou na lide, na condição de assistente da parte autora. Em 14 de outubro 2021, a sentença em primeiro grau julgou a ação parcialmente procedente para reconhecer a nulidade das cláusulas do Plano de benefícios que não aplicam a paridade contributiva (no mesmo sentido da sentença e do acórdão da Ação nº 0065790-57.2014.4.01.3400). Apresentados recursos de apelação pelas partes, o TJRS (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul) proferiu acórdão em 28 de julho de 2022 no sentido de manter, na íntegra, a sentença recorrida. Sobre o acórdão proferido, as Partes apresentaram no próprio TJRS Embargos de Declaração contra o acórdão de Apelação a fim de obter esclarecimentos, os quais foram desacolhidos. Ato contínuo, todas as partes envolvidas apresentaram recursos Especiais e Extraordinários, respectivamente, ao STJ e STF. Em juízo de admissibilidade, o TJRS inadmitiu todos os Recursos Extraordinários e Especiais apresentados, com exceção do Recurso Especial apresentado pela Fundação Família Previdência. Ainda, ao Recurso da Fundação Família Previdência, atribuiu-se efeito suspensivo para manter vigentes as cláusulas do regulamento do Plano que atribuem às Patrocinadoras a responsabilidade pelo pagamento integral das contribuições extraordinárias, o qual foi posteriormente revogado. Atualmente, foram apresentados Agravos de Instrumento para subida do Recurso Especial e Extraordinário e pedido liminar de efeito suspensivo ao STJ o qual foi acolhido, determinando até julgamento final do Recurso Especial: I) a suspensão da debatida cobrança e/ou pagamento de contribuições no âmbito do Plano CEEEPREV, sem que haja a observância da paridade contributiva; II) admitir a exigibilidade do custeio de metade do déficit constituído anteriormente à prolação da sentença de parcial procedência, suspendendo qualquer bloqueio ou medida constritiva nas contas da requerente, com relação à parte excedente.

Em atendimento as decisões proferidas no Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001, a controlada, desde março de 2022, vem recolhendo sua contribuição extraordinária de forma paritária e a Fundação não tem realizado o tratamento da parcela de equacionamento do déficit que seria devida pelos participantes. Em face da implementação da decisão, a Fundação Família Previdência ajuizou Tutela Cautelar (Processo nº 5179986-58.2023.8.21.0001) na qual requer seja concedida tutela provisória para determinar que o Bannisul promova a execução do Contrato de Garantias em face das Patrocinadoras dos planos de benefício de previdência complementar, conforme termo celebrado entre as partes, transferindo o numerário à conta corrente de titularidade da Fundação, até o limite de R\$ 147.036.919,51, dos quais R\$ 72.430.030,80 são discutidos como dívida da CEEE-T frente ao Plano CEEEPREV. Em análise do pedido liminar, o juiz de primeira instância deferiu a referida medida, limitada a R\$ 145.050.105,01, excluídos os valores da CEEE-G, em face do que a Companhia apresentou o recurso competente. Em 08 janeiro de 2024, abrangido pela decisão liminar concedida pelo STJ na ação nº 5051477-51.2019.8.21.0001, foi proferida decisão que suspende os efeitos da tutela anteriormente deferida e determinou ao Bannisul o desbloqueio dos valores constritos.

O valor envolvido na ação judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) corresponde a aproximadamente 50% da totalidade dos déficits do plano, e os assessores jurídicos avaliam a chance de êxito como possível, com viés de provável. A Companhia estima que entre os meses março/22 a dezembro de 2023 o valor de R\$ 92.075 deveria ter sido cobrado dos participantes, mas o mesmo se encontra alocado na provisão de perdas do plano.

Considerando os fundamentos jurídicos corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam detalhadamente a matéria, a controlada, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEEPREV, entende que a partir da nova decisão judicial de outubro de 2021 e demais decisões judiciais, a melhor estimativa para mensuração desse passivo é utilizar o risk sharing como redutor do passivo atuarial a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(ii) “Plano Único”: O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária.

(iii) “Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada – CTP”: Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a partir de 1997 a controlada era responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo

de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação Família Previdência e que ainda não havia cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado era definitivamente aposentado pela Fundação. Atualmente, recebem o complemento de verbas que não entraram no cálculo do INSS, sendo a empresa condenada pela justiça ao pagamento de forma vitalícia. Para isso, a controlada provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a essas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento desses benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

18.2 Movimentações dos planos de benefício definido

Controladora				
31/12/2023				
Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total	
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.391.131	3.405	2.421.746	3.816.282
Valor justo dos ativos do plano	(903.617)	-	(1.359.252)	(2.262.869)
Passivo atuarial (líquido) reconhecido no balanço	487.514	3.405	1.062.494	1.553.413
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(282.004)	-	(523.833)	(805.837)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	205.510	3.405	538.661	747.576

Controladora				
31/12/2022				
Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total	
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.358.357	3.335	2.252.981	3.614.673
Valor justo dos ativos do plano	(889.288)	-	(1.465.818)	(2.355.106)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	469.069	3.335	787.163	1.259.567
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(274.221)	-	(495.115)	(769.336)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	194.848	3.335	292.048	490.231

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

Controladora				
Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total	
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2021	1.247.745	3.857	1.901.248	3.152.850
Custo do serviço corrente bruto	(15.067)	-	(407)	(15.474)
Juros sobre obrigação atuarial	74.329	383	120.105	194.817
Contribuições de participantes vertidas no exercício	31	-	1.378	1.409
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	-	-	31.594	31.594
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(60.733)	(597)	(19.129)	(80.459)
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(16.465)	-	(82.219)	(98.684)
Benefícios pagos no ano	(145.704)	-	(194.704)	(340.408)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(308)	-	(308)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022	1.084.136	3.335	1.757.866	2.845.337
Custo do serviço corrente bruto	(33)	-	(10.075)	(10.108)
Juros sobre obrigação atuarial	67.042	328	111.805	179.175
Contribuições de participantes vertidas no exercício	-	-	866	866
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	113.543	50	274.679	388.272
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(7.783)	-	(28.718)	(36.501)
Benefícios pagos no ano	(147.778)	-	(208.510)	(356.288)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(308)	-	(308)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2023	1.109.127	3.405	1.897.913	3.010.445

Controladora				
Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total	
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2021	(951.605)	-	(1.403.182)	(2.354.787)
Rendimento esperado no exercício	(46.559)	-	(74.394)	(120.953)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(31)	-	(1.378)	(1.409)
Contribuições de patrocinadoras	(14.296)	-	(45.700)	(59.996)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(22.501)	-	(135.162)	(157.663)
Benefícios pagos no exercício	145.704	-	194.704	340.408
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2022	(889.288)	-	(1.465.112)	(2.354.400)
Rendimento esperado no exercício	(43.061)	-	(72.386)	(115.447)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	-	-	(866)	(866)
Contribuições de patrocinadoras	(32.562)	-	(69.159)	(101.721)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(86.484)	-	39.761	(46.723)
Benefícios pagos no exercício	147.778	-	208.510	356.288
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2023	(903.617)	-	(1.359.252)	(2.262.869)

18.3 Movimentações dos passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Controladora			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	296.140	3.857	498.066	798.063
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	12.703	383	45.304	58.390
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(14.296)	-	(45.700)	(59.996)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	-	-	31.594	31.594
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(60.733)	(597)	(19.129)	(80.459)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(22.501)	-	(135.162)	(157.663)
Efeito <i>risk sharing</i>	(16.465)	-	(82.219)	(98.684)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(308)	-	(308)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	194.848	3.335	292.754	490.937
Outras contribuições	-	-	(11.756)	(11.756)
Total passivo	194.848	3.335	280.998	479.181
Circulante	194.848	3.335	280.998	479.181
Não circulante	194.848	3.335	280.998	479.181

	Controladora			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	194.848	3.335	292.754	490.937
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	23.948	328	29.344	53.620
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(32.562)	-	(69.159)	(101.721)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	-	-	-	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	113.543	50	274.679	388.272
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(86.484)	-	39.761	(46.723)
Efeito <i>risk sharing</i>	(7.783)	-	(28.718)	(36.501)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(308)	-	(308)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2023	205.510	3.405	538.661	747.576
Outras contribuições	-	-	-	6.843
Total passivo	205.510	3.405	538.661	754.419
Circulante			538.661	754.419
Não Circulante			538.661	754.419

18.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2024 estão apresentadas a seguir:

	2024
CPFL Transmissão - Plano Único	35.140
CPFL Transmissão - CTP	365
CPFL Transmissão - CEEEPREV BD	106.106
Total	141.611

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

	2024	2025	2026	2027	2028 a 2033	Total
CPFL Transmissão - Plano Único	139.706	141.507	142.966	144.172	869.822	1.438.173
CPFL Transmissão - CTP	365	356	343	327	1.459	2.850
CPFL Transmissão - CEEEPREV BD	205.571	210.195	215.631	221.281	1.423.901	2.276.579
Total	345.642	352.058	358.940	365.780	2.295.182	3.717.602

18.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2023 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2023 e 2022 são como segue:

	2024 estimadas			Total
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
Custo do serviço	-	-	(370)	(370)
Juros sobre obrigações atuariais	64.148	313	112.586	177.047
Rendimento esperado dos ativos do plano	(41.332)	-	(63.599)	(104.931)
Total da despesa (receita)	22.816	313	48.617	71.746

	2023 realizadas			Total
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
Custo do serviço	(33)	-	(10.075)	(10.108)
Juros sobre obrigações atuariais	67.042	338	111.805	179.185
Rendimento esperado dos ativos do plano	(43.061)	-	(72.386)	(115.447)
Total da despesa (receita)	23.948	338	29.344	53.630

	2022 realizadas			Total
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
Custo do serviço	(15.067)	-	(407)	(15.474)
Juros sobre obrigações atuariais	74.329	383	119.399	194.111
Rendimento esperado dos ativos do plano	(46.559)	-	(74.394)	(120.953)
Total da despesa (receita)	12.703	383	44.598	57.684

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	Plano Único e CEEEPREV BD	
	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,71% a.a.	10,39% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,71% a.a.	10,39% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	3,85% a.a.	4,00% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,85% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	3,85% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BREMS sb v.2015 (****)	BR-EMSB v.2021 MF (-10) (****)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(****) Tábua biométrica de mortalidade geral para o plano o Plano Único é AT-2000 por sexo.

18.6 Ativos do plano

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Ativos administrados pela Família Previdência			
	Plano Único		CEEEPREV BD	
	2023	2022	2023	2022
Renda fixa	72%	67%	72%	65%
Títulos públicos federais	59%	58%	62%	56%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	4%	1%	5%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	3%	1%	3%
Fundos de investimento multimercado	11%	3%	9%	1%
Outros investimentos de renda fixa	0%	0%	0%	0%
Renda variável	15%	19%	14%	21%
Fundos de investimento em ações	15%	19%	14%	21%
Investimentos estruturados	8%	7%	10%	9%
Fundos de participação	0%	0%	0%	0%
Fundos imobiliários	0%	0%	0%	0%
Fundos de investimento multimercado	8%	7%	10%	9%
Cotados em mercado ativo	94%	94%	97%	96%
Imóveis	1%	1%	1%	1%
Operações com participantes	3%	3%	3%	4%
Outros ativos	2%	2%	-1%	-1%
Depósitos judiciais e outros	2%	2%	-1%	-1%
Não cotados em mercado ativo	6%	6%	3%	4%
	100%	100%	100%	100%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos dos planos

	FAMILIA PREVIDÊNCIA	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Renda Fixa	76%	76%
Renda variável	10%	9%
Imóveis	1%	1%
Empréstimos e financiamentos	3%	3%
Investimentos estruturados	10%	11%
	100%	100%

18.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixo (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	Aumento (redução)	Plano Único	CEEEPREV BD	Total
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p.	26.601	54.541	81.142
	+0,25 p.p.	(25.693)	(52.417)	(78.110)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano	(40.207)	(51.223)	(91.430)
	-1 ano	39.876	50.132	90.008

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 9,71%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 9,46% a.a. e 9,96% a.a.

** A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da VIVEST e BREMS sb v.2015 (RGE) e BREMS sb v.2021 (CPFL-T) para os planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

*** Sem incluir as estimativas para o plano CTP.

18.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O IPCA é o índice mais próximo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), indicador que corrige o passivo atuarial (associação entre ativos e passivos) dos planos de benefício definido da Companhia.

Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente.

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe*, *Sharpe Generalizado* e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco.

A Política de Investimentos da Fundação Família Previdência determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

(19) OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Conta de Desenvol Energético - Quota da CDE	8.421	7.459	8.430	7.465
RGR - Conta de Fornecedor a Pagar	-	-	93	44
Recursos P&D	31.544	29.021	31.795	29.178
Recursos FNDCT	723	326	755	345
Recursos MME	361	318	377	328
Outras obrigações da concessão	32.299	-	32.299	-
Total circulante	73.348	37.124	73.749	37.360
Não circulante				
Recursos P&D	5.145	3.961	5.145	3.961
Subvenções investimentos	59.079	53.227	59.079	53.227
Outras obrigações da concessão	3	3	3	3
Total não circulante	64.227	57.191	64.227	57.191

Outras obrigações da concessão – o valor de R\$ 32.299 refere-se a efeitos temporários recebidos via RAP e que serão devolvidos via Parcela de Ajuste (PA) no próximo ciclo tarifário.

(20) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS, TRIBUTÁRIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	298.056	169.031	233.752	111.237	298.203	169.031	233.919	111.237
Cíveis	10.306	1.882	10.998	1.041	32.282	1.882	30.209	1.041
Fiscais	18.278	3.135	16.287	4.706	18.278	3.135	16.287	4.706
Regulatórios	-	-	-	-	-	34.772	-	32.363
Total	326.641	174.047	261.037	116.984	348.763	208.819	280.415	149.347
Circulante	-	-	9.321	-	-	-	9.321	-
Não Circulante	326.641	-	251.716	116.984	348.763	208.819	271.094	149.347

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	233.752	105.533	(61.912)	(10.150)	30.834	298.056
Cíveis	10.998	3.481	(5.398)	(759)	1.985	10.306
Fiscais	16.287	1.041	(4.864)	(7)	5.821	18.278
Total	261.037	110.054	(72.174)	(10.916)	38.640	326.641
	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	233.918	105.534	(61.932)	(10.150)	30.834	298.203
Cíveis	30.210	5.708	(5.398)	(759)	2.521	32.281
Fiscais	16.287	1.041	(4.864)	(7)	5.821	18.278
Total	280.415	112.282	(72.194)	(10.916)	39.176	348.763

Controladora						
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas	171.948	159.542	(104.221)	(13.862)	20.345	233.752
Cíveis	13.595	22.280	(23.291)	(158)	(1.428)	10.998
Fiscais	14.147	935	(1.114)	(11)	2.331	16.288
Total	199.690	182.757	(128.626)	(14.031)	21.248	261.037

Consolidado						
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas	172.076	159.587	(104.228)	(13.862)	20.345	233.918
Cíveis	30.796	25.510	(24.510)	(158)	(1.428)	30.210
Fiscais	14.147	935	(1.114)	(11)	2.331	16.287
Total	217.019	186.032	(129.851)	(14.031)	21.248	280.415

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos da Companhia, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios e processos judiciais é como segue:

- a) **Trabalhistas** – A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes, embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise das chances de êxito da Empresa envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CEEE-T referem-se a diferenças salariais (parcelas que teriam sido calculadas de forma incorreta) complementação de proventos de aposentadoria, condenações solidárias, correto enquadramento salarial e outras, que são responsáveis pelas principais movimentações na composição de riscos possíveis e prováveis. No decorrer de 2023 decisões desfavoráveis para empresa, resultaram na necessidade de constituição de prováveis
- b) **Cíveis** - A Companhia está sendo citada em processos judiciais de natureza cível, para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, a partir de análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se à complementação de planos de pensão, indenizações, desapropriação e revisão de contratos.
- c) **Tributárias** - O saldo provisionado de R\$ 18.278 (R\$ 16.287 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à maioria processos judiciais em andamento cuja matéria é a discussão com alguns municípios sobre a incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para imóveis que se encontram a serviço da concessão, para os quais a companhia vem classificando, através de opinião legal, como perda provável.

No dia 12 de janeiro de 2023, foi publicada a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1/2023, que institui o Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal – PRFL. O PRFL permite a transação de créditos tributários em contencioso administrativo fiscal com recurso pendente de julgamento no âmbito de Delegacia da Receita Federal de Julgamento – DRJ, do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF e de pequeno valor no contencioso administrativo ou inscrito em dívida ativa da União. O prazo de adesão foi de 1º de fevereiro de 2023 até o dia 31 de março de 2023. A transação dos créditos tributários em contencioso administrativo fiscal poderia ser realizada em modalidades com ou sem entrada, e com benefícios estabelecidos a partir do seu grau de recuperabilidade.

Na Companhia, o valor total dos débitos recomendados para inclusão foi de R\$ 7.494 (todos casos de perda provável) distribuídos em 7 processos administrativos com mais de 10 anos de tramitação. Foi protocolado o pedido de adesão ao PRFL e agora está pendente de homologação por parte da Receita Federal. A expectativa é de que o valor do débito seja reduzido para 2,8 MM.

Perdas possíveis:

A Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a existência de fatos ou fundamentos doutrinários e jurisprudenciais que apoiam a tese da empresa, muito embora ainda não consolidados. Por não haver, ainda, tendência firme nas decisões dos tribunais, nenhuma provisão foi constituída.

(21) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS**21.1 Composição dos créditos e débitos fiscais**

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Crédito (Débito) de contribuição social		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(144.136)	(127.392)
Subtotal	(144.136)	(127.392)
Crédito (Débito) de imposto de renda		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(400.377)	(353.868)
Subtotal	(400.377)	(353.868)
Total	(544.513)	(481.260)

21.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	Controladora			
	31/12/2023		31/12/2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	32.526	90.349	27.445	76.236
Entidade de previdência privada	(2.212)	(6.145)	(2.212)	(6.145)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	398	1.106	721	2.002
Provisão relacionada a pessoal	716	1.989	396	1.101
Derivativos	(2.379)	(6.607)	-	-
Instrumentos financeiros	-	-	-	-
CRC NTNB TRANCHE (Ajuste Financeiro)	(6.979)	(19.385)	(6.602)	(18.338)
Registro de concessões - Ajuste Financeiro (IFRS / CPC)	(172.726)	(479.795)	(148.513)	(412.535)
Outros	6.520	18.111	1.372	3.811
Total	(144.136)	(400.377)	(127.392)	(353.868)

21.3 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação	Controladora
	2023
2024	14.752
2025	12.304
2026	12.304
2027	12.304
2028 a 2030	36.896
á partir 2031	24.575
Total	156.610

21.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2023 e 2022:

	Controladora			
	2023		2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	790.999	790.999	1.157.545	1.157.545
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(135.923)	(135.923)	54.219	54.219
Juros sobre o capital próprio	(91.800)	(91.800)	(95.000)	(95.000)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(2.846)	(5.897)	1.838	1.951
Base de cálculo	560.430	557.380	1.118.602	1.118.715
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito fiscal apurado	(50.439)	(139.345)	(100.674)	(279.679)
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	1.162	3.227	34.670	96.304
Total	(49.277)	(136.118)	(66.005)	(183.374)
Corrente	(32.958)	(90.786)	(13.322)	(37.034)
Diferido	(16.319)	(45.332)	(52.683)	(146.341)

(22) OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>				
Obrigações com Obras da Transmissão	-	6.134	-	6.134
Contas a Pagar Judicial	8.035	5.629	8.035	5.629
Adiantamento de Clientes	2.319	2.121	2.319	2.121
Contas a Pagar para CEEE-D e CEEE-G	4.390	4.390	4.390	4.390
Provisões Sócio Ambientais	20.214	11.399	20.214	11.399
Arrendamentos a Pagar	672	1.554	672	1.554
Outros Credores	15.309	12.245	15.770	12.623
Total circulante	50.939	43.472	51.400	43.850
<u>Não circulante</u>				
Provisões Sócio Ambientais	38.061	47.493	38.061	47.493
Provisão do Contrato Oneroso	-	-	23.234	53.087
Provisão para perda em investimentos	-	-	26.297	26.297
Arrendamentos a Pagar	4.528	5.200	4.528	5.200
Outros Credores	2.551	8.207	2.571	8.228
Total não circulante	45.139	60.901	94.692	140.305

Provisão Socioambiental: refere-se a licenças e obrigações socioambientais relacionadas a concessão.

Provisão de Contrato Oneroso - Em função do atraso nas obras e de aumento dos custos relacionados ao contrato de concessão referente ao lote A do Leilão ANEEL 008/2010 da controlada TESP, apurou-se uma provisão para contrato oneroso no valor de R\$ 23.234 (R\$ 53.087 em 31 de dezembro de 2022), baseada na obrigação dos pagamentos deduzida das respectivas receitas relacionadas ao contrato. Estes valores são contabilizados de acordo com os critérios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 Provisões passivos contingentes e ativos contingentes.

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está assim distribuída:

	Quantidade de Ações							
	31/12/2023				31/12/2022			
	Ordinárias	Participação %	Preferenciais	Participação %	Total	Participação %	Total	Participação %
CPFL CONE SUL	9.480.088	100	112.356	100	9.592.444	100	9.592.444	100
Total	9.480.088	100	112.356	100	9.592.444	100	9.592.444	100

23.1 Gestão de Capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2023, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 1,87 vezes o EBITDA em 2023 (1,88 vezes em 2022), menor do que no ano anterior, no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

23.2 Reserva de Capital

Saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2023 é de (R\$ 17.293), que compreende: i) resgate compulsório de ações (R\$ 15.666) e ii) alteração na participação sem alteração no controle (R\$ 1.627).

23.3 Reserva de Lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 526.753, que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 112.499; ii) Reserva Dividendos não Distribuídos de 354.367 e iii) Reserva de lucros a realizar de 59.887.

23.4 Outros Resultados Abrangentes

Os saldos compõem-se de:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(1.941)	(5.049)
Perda Atuarial	(600.053)	(295.005)
	<u>(601.994)</u>	<u>(300.055)</u>

Os valores registrados em outros resultados abrangentes relativos às perdas atuariais líquidas são originários de laudo atuarial elaborado por Atuário Independente. Representam as variações das taxas e premissas projetadas, porém ainda não realizadas, cujo impacto no resultado se dará no momento do efetivo pagamento.

23.5 Distribuição de Dividendo e Juros sobre Capital Próprio

A Companhia está propondo para o exercício de 2023, o montante de R\$ 65.801 de dividendo mínimo obrigatório e R\$ 368.008 de dividendo adicional proposto.

Em 2023, foram aprovadas declarações de JCP, a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2023, conforme: (i) AGE de 31 de março de 2023 o montante de R\$ 24.000, (ii) AGE de 30 de junho de 2023 o montante de R\$ 24.300, (iii) AGE de 30 de setembro de 2023 o montante de R\$ 11.000 e (iiii) AGE de 29 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 32.500.

Em 2023, a Companhia efetuou pagamento de dividendos no montante de R\$ 707.917.459,41 e juros sobre capital próprio R\$ 131.155.

23.6 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2023
Lucro líquido base para destinação	605.604
Reserva legal	(30.280)
Reserva de lucro a realizar	(49.714)
Juros sobre capital próprio	(91.800)
Dividendos mínimo Obrigatório	(65.801)
Dividendo Adicional Proposto	(368.008)

(24) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	Controladora		
	31/12/2023		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	598.511	7.093	605.604
Denominador Básico			
Média das Ações	9.480.088	112.356	9.592.444
Lucro (Prejuízo) Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$	<u>63,13</u>	<u>63,13</u>	<u>63,13</u>
	31/12/2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	897.529	10.637	908.166
Denominador Básico			
Média das Ações	9.506.875	112.356	9.619.231
Lucro (Prejuízo) Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$	<u>94,41</u>	<u>94,68</u>	<u>94,41</u>

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (Prejuízo) para as ações ordinárias	598.510	897.529
Lucro (Prejuízo) para as ações preferenciais	7.093	10.637
	<u>605.604</u>	<u>908.166</u>
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias	9.480.088	9.480.088
Ações Preferenciais	112.356	112.356
	<u>9.592.444</u>	<u>9.592.444</u>
Lucro (Prejuízo) Diluído por Ação - R\$	<u>63,13</u>	<u>94,68</u>

(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional				
Remuneração/Atualização do Ativo Contratual (25.1)	463.621	874.031	494.387	890.890
Receita de Operação e Manutenção	709.835	537.910	722.674	545.135
Receita com construção da infraestrutura	820.269	268.757	842.891	292.416
Outras Receitas (25.2)	24.263	355.202	24.263	334.024
	<u>2.017.988</u>	<u>2.035.900</u>	<u>2.084.215</u>	<u>2.062.464</u>
Deduções da Receita operacional				
PIS/COFINS	(118.200)	(107.554)	(119.630)	(108.389)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(91.996)	(97.708)	(91.996)	(97.708)
Encargos Setoriais (25.3)	(35.519)	(42.095)	(36.786)	(42.874)
Outras deduções	(3.187)	(4.265)	(3.187)	(4.265)
Total deduções da Receita operacional	<u>(248.902)</u>	<u>(251.622)</u>	<u>(251.599)</u>	<u>(253.236)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>1.769.086</u>	<u>1.784.277</u>	<u>1.832.616</u>	<u>1.809.228</u>

25.1 Remuneração/Atualização do ativo contratual – refere-se à receita de remuneração do ativo contratual reconhecida com base na taxa implícita de cada contrato de transmissão mencionados na nota 10.

Nesta rubrica também são incluídas as atualizações monetárias relacionados aos contratos de concessão, vigentes desde 1º de julho de 2023 através da resolução homologatória (REH) ANEEL nº 3.067/2023.

25.2 Outras Receitas – o saldo de R\$ 355.202 em 31 de dezembro de 2022 refere-se a remensuração do ativo de contrato oriundo a RTP – Revisão tarifária periódica.

25.3 Encargos Setoriais – os encargos setoriais são previstos em lei, e definidos na regulação da ANEEL, sendo destinados à pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização do serviço de energia Elétrica (TFSE), compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH) e demais encargos ao consumidor.

(26) CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	CONTROLADORA									
	CUSTO DE OPERAÇÃO		CUSTO COM SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS		DESPESAS OPERACIONAIS				TOTAL	
					GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTROS			
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	(94.761)	(142.805)	-	-	(20.918)	(26.213)	-	-	(115.679)	(169.018)
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012	(53.630)	(64.624)	-	-	-	(612)	-	-	(53.630)	(65.236)
INSS - Empregador	(18.728)	(21.052)	-	-	(2.306)	(2.511)	-	-	(21.034)	(23.563)
Administradores	(6.683)	(1.305)	-	-	230	(3.174)	-	-	(6.453)	(4.479)
Subtotal Pessoal / Administradores	<u>(173.802)</u>	<u>(229.786)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(22.994)</u>	<u>(32.510)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(196.796)</u>	<u>(262.296)</u>
Total Pessoal e Administradores	<u>(173.802)</u>	<u>(229.786)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(22.994)</u>	<u>(32.510)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(196.796)</u>	<u>(262.296)</u>
Material	(4.673)	(2.490)	-	-	(2.938)	(2.243)	-	-	(7.611)	(4.733)
Serviço de Terceiros	(16.725)	(19.452)	-	-	(56.066)	(43.140)	-	-	(72.791)	(62.592)
Custo de Construção	-	-	(582.927)	(198.376)	-	-	-	-	(582.927)	(198.376)
Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-	(12)	-	-	-	(12)
Despesas de Locação	1.953	1.036	-	-	(6.184)	(6.737)	-	-	(4.231)	(5.701)
Seguros	-	(419)	-	-	(409)	(4)	-	-	(409)	(423)
Tributos	-	(471)	-	-	(2.146)	(9.741)	-	-	(2.146)	(10.212)
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	(52.197)	(66.774)	(52.197)	(66.774)
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	259	(5.130)	259	(5.130)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	2.492	(3.947)	2.492	(3.947)
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	7.327	(8.266)	7.327	(8.266)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	(17.508)	(574)	(17.508)	(574)
Provisão para realização de AFAC	-	-	-	-	-	-	-	94.303	-	94.303
Outros	(42)	(25)	-	-	(36)	(342)	5.775	(774)	5.697	(1.141)
TOTAL	<u>(193.289)</u>	<u>(251.607)</u>	<u>(582.927)</u>	<u>(198.376)</u>	<u>(90.773)</u>	<u>(94.729)</u>	<u>(53.852)</u>	<u>8.838</u>	<u>(920.841)</u>	<u>(535.874)</u>

CONSOLIDADO

	CUSTO DE OPERAÇÃO		CUSTO COM SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS		DESPESAS OPERACIONAIS				TOTAL	
	2023	2022	2023	2022	GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTROS		2023	2022
					2023	2022	2023	2022		
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	(94.761)	(142.805)	-	-	(20.918)	(26.213)	-	-	(115.679)	(169.018)
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012	(53.630)	(64.624)	-	-	-	(612)	-	-	(53.630)	(65.236)
INSS - Empregador	(18.728)	(21.052)	-	-	(2.306)	(2.511)	-	-	(21.034)	(23.563)
Administradores	(6.683)	(1.305)	-	-	203	(3.300)	-	-	(6.480)	(4.605)
Subtotal Pessoal / Administradores	(173.802)	(229.786)	-	-	(23.021)	(32.636)	-	-	(196.823)	(262.422)
Total Pessoal e Administradores	(173.802)	(229.786)	-	-	(23.021)	(32.636)	-	-	(196.823)	(262.422)
Material	(4.701)	(2.494)	-	-	(2.938)	(2.245)	-	-	(7.639)	(4.739)
Serviço de Terceiros	(17.859)	(23.114)	-	-	(59.603)	(45.292)	-	-	(77.462)	(68.406)
Custo de Construção	-	-	(510.057)	(240.069)	-	-	-	-	(510.057)	(240.069)
Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-	(12)	-	-	-	(12)
Despesas de Locação	1.821	1.036	-	-	(6.184)	(6.740)	-	-	(4.363)	(5.704)
Seguros	-	(419)	-	-	(615)	(229)	-	-	(615)	(648)
Tributos	-	(471)	-	-	(2.323)	(9.917)	-	-	(2.323)	(10.388)
Provisão para Contingência Trabalhista	21	-	-	-	-	-	(52.197)	(66.774)	(52.176)	(66.774)
Provisão para Contingência Cível	16	-	-	-	-	-	259	(5.130)	275	(5.130)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	2.492	(3.947)	2.492	(3.947)
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	7.327	(8.266)	7.327	(8.266)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	(17.508)	(574)	(17.508)	(574)
Provisão para realização de AFAC	-	-	-	-	-	-	-	94.303	-	94.303
Outros	(129)	(50.393)	-	-	(37)	(342)	5.775	(774)	5.609	(51.509)
TOTAL	(194.633)	(305.641)	(510.057)	(240.069)	(94.721)	(97.413)	(53.852)	8.838	(853.263)	(634.285)

(27) OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Outras Receitas				
Ganho nas Alienações de Materiais	935	14.243	935	14.243
Outras	204	(1.214)	204	(1.214)
Total	1.139	13.029	1.139	13.029
Outras Despesas				
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	(1.311)	(17.894)	(1.311)	(17.894)
Outras	(567)	(14.397)	(567)	(2.685)
Total	(1.878)	(32.291)	(1.878)	(20.579)

(28) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	47.687	41.603	54.553	42.337
Acréscimos e multas moratórias	147	150	149	160
Atualização de depósitos judiciais	8.681	10.301	8.681	10.301
Atualizações monetárias e cambiais (28.1)	18.439	112.592	18.439	112.592
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(3.212)	(3.480)	(3.212)	(3.480)
Outros	2.225	11.991	4.752	15.101
Total	73.967	173.157	83.362	177.011
Despesas				
Encargos de dívidas (28.3)	(166.368)	(92.810)	(166.368)	(93.347)
Atualizações monetárias e cambiais (28.2)	5.158	(35.996)	2.376	(35.996)
Atualização Contingências Judiciais Trabalhista	(30.834)	(16.524)	(30.834)	(16.524)
Atualização Contingências Judiciais Fiscais	(5.821)	(2.298)	(5.821)	(2.298)
Atualização Contingências Judiciais Cíveis	(1.985)	965	(1.985)	965
Derivativos (28.4)	(33.169)	-	(33.169)	-
Outros	(25.247)	(26.080)	(25.738)	(26.106)
Total	(258.266)	(172.743)	(261.539)	(173.307)
Resultado financeiro	(184.299)	414	(178.177)	3.704

28.1 Receitas com atualizações monetárias e cambiais no montante de R\$ 18.439 (R\$ 112.592 em 31 dezembro 2022) reflexo devido a liquidação total dos empréstimos (AFD e BID) ocorrida no exercício de 2022.

28.2 Despesas com atualizações monetárias e cambiais no montante de R\$ 5.158 (R\$ 35.996, em 31 de dezembro de 2022) refere-se a despesas com derivativos, devido a liquidação total dos empréstimos (AFD e BID) ocorrida no exercício de 2022.

28.3 Despesas com encargos de dívidas no montante R\$ 166.368 (R\$ 92.810 em 31 de dezembro de 2022), aumento refere-se principalmente a encargos e atualização monetária de empréstimos e debêntures, o reflexo é devido a novas captações em 2023.

28.4 Derivativos no montante de R\$ 33.169, aumento refere-se principalmente a novas captações de empréstimos e debêntures ocorridos em 2023.

(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada diretamente pela CPFL Cone Sul, empresa controlada indiretamente pela CPFL Energia S.A, que por sua vez possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Disponibilização do Sistema de Transmissão:** Trata-se dos valores faturados sobre o uso do sistema de transmissão que impactam na Receita Operacional da CPFL-T. O faturamento é realizado conforme os valores listados nos Avisos de Créditos emitidos pelo ONS – Operador Nacional do Sistema.
- b) **Alocação de despesas entre empresas:** As despesas operacionais são relacionadas às contribuições da Patrocinadora dos Planos de Benefícios Previdenciários e compartilhamento.
- c) **Materiais e Prestação de Serviços e Outras operações:** Referem-se aos contratos de prestação de serviços, que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantidos junto à Instituição Família previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 - Entidade de Previdência Privada.

A controladora, CPFL Energia, possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo da Companhia, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2023, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) foi de R\$ 6.842 (R\$ 4.804 em 2022). Este valor é composto por R\$ 5.629 (R\$ 3.644 em 2022) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 96 (R\$ 54 em 2022) de benefícios pós-emprego e R\$ 1.116 de outros benefícios de longo prazo

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimento controlados em conjunto:

Empresas	Controladora							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1.109	-	4.317	3.332	7.437	-	21.036	10.158
Materiais e Prestação de Serviços								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1.219	235	5.261	11.089	11.816	22.270	94.639	16.481
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	27.625	-	-	-	-	-
Disponibilização do Sistema de Transmissão								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	4.329	4.604	-	-	384.629	354.981	-	-
Outras operações financeiras								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	7	7	-	-	-	7	-	-
Outras								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	-	-	94.303	-
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	11.465	-	-	-	-	-	8.882	-
Fundação Eletrocee	-	-	-	8.905	-	-	-	6.973

(30) SEGUROS

Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo vinculados a Concessão	Riscos Nomeados	391.000
Transporte	Nacional e Internacional	35.894
Responsabilidade Civil	Geral, Obras Cíveis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica, Riscos Ambientais e Resp. Civil Profissional (E&O)	30.000
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	111.777
Garantia	Seguro Garantia	29.816
Outros	D&O	150.000
Total		748.486

(31) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, transmissão de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de risco propostos; e
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;
- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados.
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento e;
- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;

- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO da CPFL Energia é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas do Grupo CPFL estão expostas;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;
- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e
- Avaliar o ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interagir com os respectivos Gestores dos Negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, e acionamento das garantias fornecidas pelos clientes da CCEE quando necessário.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: A Transmissora receberá pela prestação de serviço público de transmissão o pagamento da receita anual permitida (RAP), de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia descrita nas cláusulas do contrato. Uma vez a Aneel revisando e homologando a Receita Anual Permitida, a transmissora aplica as condições de cobrança para as concessionárias e permissionárias. A receita assim fixada, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão da RAP, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui

uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco.

(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria/ Mensuração	Nível (*)	Controladora		Consolidado	
				31/12/2023		31/12/2023	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos							
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	(a)	Nível 2	263.595	263.595	374.296	374.296
Investimentos em Títulos do Governo	6	(a)	Nível 1	63.131	63.131	88.352	88.352
Derivativos	32	(a)	Nível 2	39.131	39.131	39.131	39.131
				<u>365.857</u>	<u>365.857</u>	<u>501.779</u>	<u>501.779</u>
Passivos							
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos(**)	16	(a)	Nível 2 (***)	402.854	402.854	402.854	402.854
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2	1.270.459	1.263.748	1.270.459	1.263.748
Debêntures - principal e encargos(**)	17	(a)	Nível 2	454.578	454.578	454.578	454.578
Derivativos	32	(a)	Nível 2	20.430	20.430	20.430	20.430
TOTAL				<u>2.148.321</u>	<u>2.141.610</u>	<u>2.148.321</u>	<u>2.141.610</u>

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 7.727 em 31 de dezembro de 2023.

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

Categoria / Mensuração

(a) - Valor justo contra o resultado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são:

- Ativos financeiros: (i) concessionárias e permissionárias, (ii) Arrendamentos; e (iii) serviços prestados a terceiros.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores e concessionárias apagar, e (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.

Adicionalmente, não houve em 2023 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou

Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

O Grupo tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas, conforme apresentado nas notas 16 e 17.

Os instrumentos de proteção contratados pelo Grupo são swaps de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pelas controladas possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16 e 18). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, o Grupo não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2023 o Grupo detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(20.430)	(20.430)	(13.196)	(7.234)	USD + 4,4906%	CDI + 1,25%	dez/25	416.195
	-	(20.430)	(20.430)	(13.196)	(7.234)				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	39.131	-	39.131	(1.202)	40.333	IPCA + 6,1774%	CDI + 0,619%	abr/24 a out/33	450.000
	39.131	-	39.131	(1.202)	40.333				
Total	39.131	(20.430)	18.701	(14.398)	33.099				
Circulante	104	-							
Não circulante	39.027	(20.430)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2022	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2023
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	-	4.373	(18.771)	(14.398)
Marcação a mercado	-	33.099	-	33.099
Total	-	37.472	(18.771)	18.701
Ativo - circulante	-	-	-	104
Ativo - não circulante	-	-	-	39.027
Passivo - não circulante	-	-	-	(20.430)

Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 16 e 17).

O Grupo tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2023 e 2022, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado	
	2023	
Varição de taxas de juros		(7.234)
Marcação a mercado		6.199
Varição cambial		40.333
Marcação a mercado		1.528
		40.826

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA, TJLP e SELIC), conforme demonstrado:

d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2023 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Controladora					
Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25% (c)	Apreciação cambial de 50% (c)
Instrumentos financeiros passivos	(402.854)		(16.759)	88.144	193.048
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	411.732		17.129	(90.087)	(197.302)
	8.878	baixa dolar	370	(1.943)	(4.254)
Total	8.878		370	(1.943)	(4.254)
Efeitos no resultado do período			370	(1.943)	(4.254)

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro serem ativas, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto o câmbio foi apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2023 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Consolidado					Receita (despesa)		
Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no período	Taxa Cenário Provável (a)	Cenário Provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	88.352				3.083	8.071	5.381
Instrumentos financeiros passivo	(456.106)				(15.918)	(41.666)	(27.777)
Derivativos - swap plain vanilla	516.296				18.019	47.164	31.443
	148.542	baixa IPCA	4,62%	3,49%	5.184	13.569	9.046
Instrumentos financeiros passivo	(1.272.950)				(128.695)	(160.869)	(193.043)
Derivativos - swap plain vanilla	(909.327)				(91.933)	(114.916)	(137.900)
	(2.182.277)	alta CDI	11,65%	10,11%	(220.628)	(275.785)	(330.942)
Total	(2.033.736)				(215.444)	(262.216)	(321.896)
Efeitos no resultado do período					(215.444)	(262.216)	(321.896)

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

e) Risco de crédito

O risco de crédito nas operações de concessionárias e permissionárias é decorrente da exposição a perdas financeiras resultantes do descumprimento de obrigações financeiras pelas contrapartes. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos.

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas (nota 34.b). A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2023	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	13	141.677	301	625	693	2	1.528	144.827
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	-	-	47.550	446.856	-	-	494.405
Derivativos	32	-	-	-	20.430	-	-	20.430
Derivativos - juros	-	-	-	-	20.430	-	-	20.430
Debêntures - principal e encargos	17	-	26.207	139.005	628.426	836.640	995.487	2.625.765
Obrigação da Concessão	19	9.329	-	32.474	-	-	-	41.804
Outros	22	560	-	-	-	-	-	560
Concessionárias	-	560	-	-	-	-	-	560
Total		151.566	26.508	219.654	1.096.405	836.642	997.015	3.327.791

(33) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2023, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2023	Duração	Consolidado				Total
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Projetos de construção de infraestrutura	6	426.031	395.092	29.345	462	850.930
Fornecedores de materiais e serviços	6	111.931	74.413	27.499	58	213.901
Total		537.962	469.505	56.845	520	1.064.832

(34) ASSUNTOS REGULATÓRIOS

34.1 Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

A REH nº 3.216, de 04 de julho de 2023, estabeleceu as RAPs da CPFL Transmissão e suas controladas, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A RAP do Contrato de Concessão prorrogado nº 055/2001, sem considerar a parcela de ajuste, é de R\$ 1,122 bilhão, representando um incremento na ordem de 20% quando comparada à RAP Homologada do ciclo anterior (2022-2023). Este aumento é devido, principalmente ao último ciclo do reperfilamento do componente financeiro da PRT nº 120/2016 (RBSE) que incrementou em 112% o componente.

REH 3.067/2022 (*)	IPCA	Ampliações, reforços e melhorias	RBSE (**)	Baixas e ajustes	Parcela de ajuste	REH 3.216/2023
933.599	36.677	3.279	150.190	-1.724	-53.167	1.068.854

(*) Valores homologados não considerando a Parcela de ajuste - PA

(**) Incremento do componente financeiro

A Receita Homologada Líquida (de PIS e COFINS) total da CPFL Transmissão, referente aos Contratos de Concessão nº 055/2001 e nº 080/2002 (CEEE-T), nº 003/2013 - CPFL TRANSMISSÃO (Piracicaba), nº 006/2015 – MORRO AGUDO, nº 020/2018 – MARACANAÚ, nº 005/2019 - CPFL SUL I e nº 011/2019 - CPFL SUL II e da controlada TESB, nº 001/2001, apresenta a seguinte composição:

Contrato de Concessão	REDE BÁSICA			Demais Instalações de Transmissão - DIT			Parcela Ajuste	(em milhares de reais)	
	RBSE	RBNI	RBL	RPC	RCDM	RPEC		Total 2024 (*)	Total 2023 (*)
055/2001	731.897	155.876	-	157.222	77.025	-	-53.167	1.068.854	917.241
080/2002	-	-	21.435	-	-	-	-446	20.989	21.733
001/2011	-	-	34.413	-	-	2.818	-6.026	31.204	24.009
003/2013	-	-	12.356	-	-	3.073	-255	15.173	14.137
006/2015	-	-	16.252	-	-	2.807	-392	18.667	17.531
020/2018	-	-	9.372	-	-	1.287	-193	10.466	10.362
005/2019	-	-	34.856	-	-	-	-682	34.174	-
011/2019	-	-	40.967	-	-	2.220	-2.414	40.772	-
	731.897	155.876	169.651	157.222	77.025	12.203	-63.576	1.240.300	1.005.103

(*) Valores homologados considerando a Parcela de ajuste - PA

34.2 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”)

O Despacho ANEEL nº 402/23 de 14 de fevereiro de 2023 postergou o escopo total da Revisão Tarifária Periódica (RTP) de 2023 das concessionárias de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, repercutindo no Contrato de Concessão nº 055/2001 (CEEE-T) e, adiou parcialmente o escopo da RTP de 2023 da RAP das concessionárias de transmissão licitadas, exclusivamente no que se refere aos Reforços e Melhorias, afetando o contrato nº 003/2013 da CPFL Piracicaba.

Em 13 de junho de 2023 foi publicada a REH nº 3.205/2023 que homologou o resultado parcial da Revisão Tarifária Periódica dos Contratos de Concessão outorgados mediante licitação, na modalidade de leilão público. Em consonância com o DSP 402/2023, foi realizada a revisão da RAP ofertada no Leilão do contrato nº 003/2013, CPFL-T Piracicaba, através do recálculo do Custo de Capital de Terceiros (r_p). O índice de reposicionamento do contrato nº 003/2013 alcançou **+7,87%**. Entretanto, este índice não foi aplicado no reajuste tarifário das transmissoras em 2023 e, conforme DSP ANEEL nº 4.675/2023, será incluído no reajuste do ciclo 2024/2025 com efeitos retroativos.

Contrato de Concessão nº 004/2021- Cachoeirinha 3

Em 31 de março de 2021, foi celebrado o Contrato de Concessão nº 004/2021-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão na SE 230/138 kV Cachoeirinha 3, referente ao Lote 6 do Edital do Leilão nº 01/2020-ANEEL. A entrada em operação comercial no contrato estava prevista para 30 de setembro de 2024, porém, em 26 de novembro de 2023, foi energizada de forma antecipada com receita de R\$ 10.739.259,16 (dez milhões, setecentos e trinta e nove mil, duzentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos).

Contrato de Concessão nº 001/2011- TEBB

Em 28 outubro de 2023 foi energizada a última obra da subsidiária TEBB, a LT 230kV PORTO ALEGRE 9/PORTO ALEGRE 8, resultando no montante de receita da concessão de R\$ 43.161.248,90 (quarenta e três milhões, cento e sessenta e um mil, duzentos e quarenta e oito reais e noventa centavos).

34.3 Parcela Variável Descontada

A Parcela Variável (PV) foi constituída como um incentivo à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica e consiste em um desconto sobre a remuneração mensal das concessionárias com base na disponibilidade e na capacidade operativa dos ativos.

Como resultado dessa apuração realizada pelo ONS, referente ao ano de 2023, a Companhia alcançou a sexta melhor colocação, dentre as nove maiores transmissoras com contratos de concessão renovados no país, com um desconto de 1,223% da Receita Anual Permitida (RAP).

(35) EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 28 de fevereiro de 2024, a Companhia realizou a incorporação reversa de sua controladora direta CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. (“Cone Sul”), uma empresa limitada de capital fechado. A incorporação foi aprovada pelos acionistas das duas sociedades em assembleias gerais extraordinárias realizadas no mesmo dia, e teve como objetivo simplificar a estrutura societária do grupo CPFL Energia, gerando sinergias operacionais e administrativas. A incorporação não teve efeito sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Karin Regina Luchesi

Presidente

André Luiz Gomes da Silva

Bruno Augusto Pereira Rovea

Futao Huang

Xinjian Chen

Conselheiros

DIRETORIA

André Luiz Gomes da Silva

Diretor Presidente

Celso Guimarães Filho

Diretor de Operações

YUEHUI PAN

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Alexandre Almeida Serra

Diretor de Engenharia

Fu Li

Diretor Presidente Adjunto

CONTABILIDADE

Ricardo Fernando Ferreira

Gerente de Serviços Financeiros

CRC 1SP 321353/O-4

***Companhia Estadual de
Transmissão de
Energia Elétrica - CEEE-T***

*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente*





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

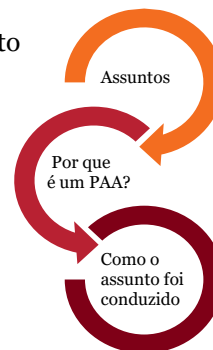
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS")

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Mensuração do ativo contratual e correspondente receita de remuneração/ atualização do ativo contratual (Notas 3.2 e 10)

O ativo contratual da concessão refere-se ao direito da Companhia e de sua controlada Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. à contraprestação em decorrência do cumprimento das obrigações de desempenho relacionadas a construção das infraestruturas de transmissão de energia dos seus respectivos contratos de concessão, e a operação e manutenção dessas estruturas. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento por parte da administração sobre o critério de apuração e remuneração do ativo.

Adicionalmente, por se tratar de contratos de longo prazo, a determinação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento por parte da administração para a mensuração do seu valor presente, bem como na determinação das margens de lucro esperadas para cada obrigação de performance identificada.

Consideramos essa área como foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual.

Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos, quando aplicável, para identificação das obrigações de desempenho e entendimento das condições pactuadas nos contratos de concessão, os preços e os prazos definidos.

Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida (“RAP”) nos controles auxiliares da Companhia com os dados constantes nos contratos de transmissão.

Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, incluindo a determinação das margens de lucro, das taxas de desconto aplicadas e a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxo de caixa.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.



Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T

Porque é um PAA

**Como o assunto foi conduzido em
nossa auditoria**

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 21 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90.230-181, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul – Brasil, inscrita no CNPJ sob nº. 92.715.812/0001-31, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T** de 31 de dezembro de 2023;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T** de 31 de dezembro de 2023.

Porto Alegre, 21 de março de 2024.

STATEMENT

In compliance with the provisions in items V and VI of article 25 of the Brazilian Securities & Exchange Commission (CVM) Instruction No. 480, of December 7, 2009, as amended by CVM Instruction No. 586, of June 8, 2017, the chief executive officers and the officers of **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T** a publicly traded company, with its registered office at Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90.230-181, in the City of Porto Alegre, State of Rio Grande do Sul – Brazil, enrolled with the National Register of Legal Entities (CNPJ) under No. 92.715.812/0001-31, hereby stated that:

a) they have reviewed and discussed, and agree with, the opinions expressed in the opinion of Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes on the financial statements of **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T**, of December 31, 2023;

b) they have reviewed and discussed, and agree with, the financial statements of **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T**, of December 31, 2023.

Porto Alegre, march 21, 2024.

Ricardo Fernando Ferreira
Gerente de Serviços Financeiros
Financial Services Manager
CRC 1SP 321353/O-4
CPF: 400.474.638-80

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Chief Financial and Investor Relations Officer
CPF: 061.539.517-16

André Luiz Gomes da Silva
Diretor Presidente
President
CPF: 246.744.258-67